

## Quem disse ?

«O liberalismo económico conduz à destruição da coesão social»

**Edite Estrela**  
Expresso, 17 de Março

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1101 • 22 MARÇO 2001 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €



Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**  
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Raptos de portugueses em Cabinda

### Governo faz uma série de diligências

O primeiro-ministro, camarada António Guterres, escusou-se a pormenorizar o vasto conjunto de diligências em várias frentes em curso para libertar os portugueses raptados em Cabinda, explicando que «seria prejudicial» à segurança dos reféns.

«É um volume muito significativo de diligências» que estão a ser feitas a todos os níveis, mas pormenorizá-los «seria prejudicial aos portugueses» reféns da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), salientou António Guterres.

«São diligências no plano diplomático aos mais diversos níveis», envolvendo vários Estados africanos e sectores «mais relevantes» da sociedade civil que têm contactos com Cabinda, adiantou.

O primeiro-ministro reafirmou ainda: «Ninguém pense que é raptando portugueses que dá qualquer espécie de contributo para resolver qualquer problema de Cabinda.».

António Guterres falava aos jornalistas no dia 15 de Março, no final da audiência semanal com o Presidente da República, a quem informou também sobre as medidas em curso para normalizar a vida em Castelo de Paiva e evitar que atinja Portugal o surto de febre aftosa que ameaça a Europa.

Entretanto, o Parlamento Europeu (PE) aprovou no dia 15 uma resolução exigindo a libertação «imediate e condicional» dos cidadãos portugueses raptados.

No documento, o PE condena ainda a tomada de reféns como «instrumento de acção política».

A resolução - que partiu da iniciativa dos eurodeputados dos quatro partidos políticos portugueses - exorta a comunidade internacional para que realize «todos os esforços» no sentido da libertação dos oito portugueses raptados no enclave, e que se encontram nas mãos das duas FLEC.

De salientar ainda as intervenções e o trabalho de sensibilização que os eurodeputados socialistas Mário Soares e António José Seguro têm feito junto dos seus pares no PE, no sentido da condenação destas práticas intoleráveis, sob todos os pontos de vista, das FLEC.

## Guterres apresenta

# PLANO INTEGRADO DE COMBATE ASSIMETRIAS REGIONAIS



O Governo está apostado em combater as assimetrias regionais, no âmbito de uma política que visa um desenvolvimento sustentado do País, assente na capacidade de mobilização, de acção e de afirmação dos agentes locais.

### Política

#### Febre aftosa

### Vacinação só no limite



A Assembleia da República debate hoje o surto da febre aftosa com a presença do ministro Capoulas Santos. O debate de urgência foi requerido pela bancada popular depois de terem sido conhecidos os primeiros casos do vírus em território espanhol. A epidemia de febre aftosa continua, pois, a enevoar o panorama dentro e fora da Europa. Em Portugal, a situação mantém-se: alerta total, mas sem casos de infecção.

### Sociedade & País

#### Efeméride

### Sampaio quer escolas como lugares onde se aprende a cidadania



O Presidente da República defendeu no dia 17, em Matosinhos, «mudanças essenciais» nas escolas que permitam que estas deixem de ser palco de indisciplina e violência e se transformem em formadoras de cidadãos.

## Aposta no combate às assimetrias

O Governo está apostado em eliminar as assimetrias regionais e criar um País cada vez mais uno, desenvolvido e solidário, assente na capacidade de mobilização, de acção e de afirmação dos diferentes actores locais.

Este plano, denominado Acções Integradas de Base Territorial (AIBT), foi apresentado, nos Paços do Município da Pampilhosa da Serra, pelo primeiro-ministro, António Guterres. Este plano estratégico integrado para o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas de Portugal, garantiu Guterres, que se destina «à valorização do interior do País» e é um estímulo para «uma verdadeira igualdade de oportunidades» entre todos os cidadãos, prevendo investimentos de cerca de 200 milhões de contos e beneficiando de comparticipações de fundos da União Europeia.

Para o primeiro-ministro, estes objectivos traduzem-se na aplicação de um conjunto de medidas, abrangendo áreas tão diversificadas como o turismo, a fiscalidade, o acesso às novas tecnologias, a agricultura e a cultura.

Neste contexto, as AIBT, que integram um eixo prioritário próprio nos Programas Operacionais Regionais, acabam por surgir como um instrumento público de apoio financeiro a territórios com problemas específicos de desenvolvimento, corporizando um esforço de concentração e de intensificação de investimentos, bem como de capacidades organizativas, que visam superar estrangulamentos e aproveitar as múltiplas potencialidades latentes.

O Ministério do Planeamento, a quem cabe a responsabilidade pela execução deste plano, pretende consubstanciar estes objectivos estratégicos através do desenvolvimento de um conjunto de projectos âncora coerentes com as especificidades temáticas e territoriais de cada AIBT, simultaneamente mobilizadoras de parcerias locais.

Desta forma, procura-se mobilizar os recursos financeiros e técnicos necessários à implementação de projectos decisivos para o desenvolvimento e estimular uma maior participação dos agentes locais e as parcerias necessárias entre actores públicos e privados.

Em síntese, com este programa, o Governo socialista mobiliza os recursos e os agentes locais, provando que o interior do País possui recursos e potencialidades que importa valorizar e dinâmicas locais emergentes que merecem ser apoiadas permitindo o desenvolvimento destes territórios.



## PS ACTIVO EM VÁRIAS FRENTES

«PS activo em várias frentes» era um dos títulos de primeira página do «Acção Socialista», edição de 24 de Março. O PS preparava-se para as eleições legislativas antecipadas, na sequência da queda do Governo da AD.

A reunião da IS, que se deslocou ao Médio Oriente, tinha lugar em Lisboa, sob a presidência de Mário Soares; Jean Daniel e Mário Soares eram os intervenientes num estimulante diálogo sobre «Socialismo e Democracia», realizado num cinema de Lisboa; Soares dava uma conferência sobre a situação no Médio Oriente, no salão do Grémio Literário; Soares recebia no Largo do Rato os dirigentes da Associação dos Comerciantes do Distrito de Setúbal, que lhe foram expor «os graves problemas» com que se confrontavam.

Estas eram algumas das iniciativas do PS em várias frentes, numa altura em que se aproximavam as legislativas e do partido do punho e da bandeira vermelha se posicionava como a grande alternativa de Governo, num país mergulhado numa grave crise económica e financeira.

J. C. CASTELO BRANCO

24 de Março

Quem disse?

«Só pela negociação é viável a paz no Médio Oriente»

Mário Soares



## Imigração: Mais cinco postos para conceder autorizações de permanência

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) vai abrir, até ao final deste mês, cinco novos postos de atendimento onde os trabalhadores imigrantes podem requerer a autorização de permanência em Portugal.

Em comunicado, o Ministério da Administração Interna (MAI) especifica que três dos novos postos se situarão na área metropolitana de Lisboa, um em Santarém e outro em Leiria.

O anúncio desta decisão – lê-se no documento – foi feito no decurso de uma reunião da Comissão Interministerial de Acompanhamento da Política de Imigração realizada, no dia 16, nas instalações do MAI, em Lisboa.

Até ao passado dia 15, obtiveram autorizações de permanência em Portugal



cerca de 30 mil trabalhadores imigrantes, ao abrigo da nova lei, aprovada em Janeiro. Outros 20 mil trabalhadores estrangeiros iniciaram o processo para legalizar a sua permanência em Portugal.

## Deficientes e idosos açorianos Melhores condições para carenciados

O Parlamento dos Açores aprovou, no dia 15, por unanimidade, duas propostas do PS que recomendam ao Governo regional a criação de mais apoios para os idosos, assim como uma biblioteca para deficientes. As propostas socialistas, que mereceram o consenso dos deputados regionais, visam criar melhores condições de vida para uma determinada faixa da população açoriana mais carenciada, nomeadamente fomentando o combate ao isolamento dos mais velhos e melhores meios de comunicação para as pessoas portadoras de deficiência.

Em relação aos idosos, o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa Regional recomenda que o Executivo incentive o alargamento progressivo do serviço de apoio ao domicílio, de forma a abranger freguesias actualmente ainda a descoberto, assim como o fornecimento de serviços adicionais, como medicação, por exemplo.

A proposta defende também a implementação de esforços para o alargamento do serviço de telealarme para a população idosa com necessidades especiais.

Quanto aos deficientes, os socialistas recomendam que o Governo Regional transforme as bibliotecas públicas em bibliotecas inclusivas.

Para isso, o PS defende a eliminação gradual das barreiras arquitectónicas no interior e exterior dos edifícios, assim como a instalação de equipamentos com tecnologia de informação que garanta a todos o acesso ao património bibliográfico regional.

A bancada socialista do Parlamento açoriano defende ainda a aquisição gradual e progressiva de materiais de leitura em suportes especiais para as bibliotecas, nomeadamente em braille, material de relevo, ampliado e em suporte digital.

## Défice comercial português melhora em Janeiro graças às exportações

O défice comercial português com países terceiros baixou 16,7 por cento em Janeiro de 2001, para 74,8 milhões de contos, em termos homólogos (em relação a Janeiro de 2000), revelou o Instituto Nacional de Estatística.

As exportações cresceram 29,1 por cento, para 85,1 milhões de contos, e as importações aumentaram 2,7 por cento, para 159,9 milhões de contos.

Excluindo as importações de combustíveis, que baixaram 16,4 por cento, as compras a países terceiros cresceram 7,6 por cento, muito abaixo do aumento das exportações. A taxa de cobertura das importações pelas exportações teve um grande acréscimo, de mais de 10 pontos, passando de 42,3 por

cento em Janeiro do ano passado para 53,2 por cento no primeiro mês de 2001.

As exportações para os Estados Unidos cresceram 33,8 por cento, para 26,1 milhões de contos e para os países africanos de língua oficial portuguesa subiram 25,3 por cento, para 10,9 milhões de contos. O maior aumento registou-se nas vendas para o Brasil (mais 110,0 por cento), que ascenderam em Janeiro a 4,2 milhões de contos.

Quanto às importações, as compras aos Estados Unidos cresceram 51,7 por cento, para 27,3 milhões de contos, enquanto as compras aos Estados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) baixaram 5,5 por cento em valor, para 20,6 milhões de contos.

## PLANO INTEGRADO DE COMBATE ÀS ASSIMETRIAS REGIONAIS

**O Governo está apostado em combater as assimetrias regionais, no âmbito de uma política que visa um desenvolvimento sustentado do País, assente na capacidade de mobilização, de acção e de afirmação dos agentes locais.**

O primeiro-ministro disse no dia 16 que o Governo tem em curso um plano estratégico integrado para o desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas do interior do país.

António Guterres falava na cerimónia de lançamento do programa das Acções de Integradas de Base Territorial (AIBT), que prevê investimentos de cerca de 200 milhões de contos e beneficia de participações de fundos da União Europeia.

Discursando na Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, o chefe do Governo disse serem prioridades do seu executivo «a valorização do interior do País» e o estímulo para «uma verdadeira igualdade de Oportunidades» entre todos os cidadãos.

Esses objectivos, segundo Guterres, irão traduzir-se na aplicação de um conjunto de medidas, abrangendo áreas tão diversificadas como o turismo, a fiscalidade, o acesso às novas tecnologias, a agricultura e a cultura.

No domínio da fiscalidade, o primeiro-ministro afirmou que, até ao final do mês, no distrito de Castelo Branco, irá anunciar um programa para estimular a instalação de actividades económicas no interior do País.

Adiantou que os investidores terão benefícios em termos de impostos, caso decidam instalar as suas unidades de produção em zonas consideradas deprimidas do ponto de vista económico. António Guterres declarou ainda que o ataque aos atrasos estruturais do interior do território nacional se fará através de políticas de incentivo para o acesso generalizado à Internet e às tecnologias de ponta.

«Com o sistema de UMTS (telemóveis de nova geração) as pessoas do interior poderão trabalhar nas mesmas áreas do conhecimento do que os residentes em Lisboa», comentou, antes de salientar que «a modernização tem de ser uma ponte e não um fosso entre o interior e o litoral do País».

Já na conferência de imprensa, que se seguiu à cerimónia na Câmara Municipal, Guterres recusou qualquer ligação directa ou indirecta entre o acidente ocorrido em Entre-os-Rios e a prioridade atribuída pelo Governo às questões da interioridade.

«Os problemas de Castelo de Paiva já estavam identificados pelo Governo, não



só ao nível das acessibilidades, mas também no que respeita ao próprio programa de AIBT», sustentou.

Quanto aos problemas específicos do concelho da Pampilhosa da Serra, o primeiro-ministro classificou-os entre aqueles que possuem maior dificuldade de resolução.

«Nesta zona, a floresta é um dos poucos recursos, mas está muito dividida e, por isso, desprotegida contra incêndios», disse.

De acordo com António Guterres, algumas das soluções passam pelo «apoio às organizações de produtores, pela expansão moderada da floresta, por uma melhoria da sua gestão e pela continuação do trabalho em matéria de prevenção dos incêndios florestais».

A um nível mais global, o primeiro-ministro colocou o município da Pampilhosa da Serra como um dos que têm potencialidades para o desenvolvimento de um turismo rural, «mais exigente e requintado».

Na cerimónia, que decorreu na Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra, o chefe do Governo estava acompanhado pelos ministros da Agricultura e do Planeamento, respectivamente, Capoulas Santos e Elisa Ferreira, além do presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro.

Durante a sessão, a ministra do Planeamento homologou projectos

comparticipados pelo FEDER com um valor elegível de 326 mil contos.

Por sua vez, o titular da pasta da Agricultura homologou investimentos participados pelo FEOGA no valor de 360 mil contos.

Numa primeira fase, o programa de AIBT irá proporcionar investimentos no valor de 123,6 milhões de contos em território continental, sendo 75,3 milhões participados pela União Europeia e 31,4 provenientes dos recursos públicos nacionais.

A região Centro, com 44 milhões de contos, será aquela que maior volume financeiro de investimentos vai receber, seguindo-se a Norte com 33,8 milhões de contos, Lisboa e Vale do Tejo (25,4 milhões), o Alentejo (11,5 milhões) e o Algarve (8,6 milhões).

### Apoio financeiro a regiões com problemas de desenvolvimento

Segundo o Governo, as AIBT surgem «como um instrumento público de apoio financeiro a territórios com problemas específicos de desenvolvimento e corporizam um esforço de concentração e de intensificação de investimentos, assim de capacidades organizativas, que visam superar estrangulamentos e aproveitar potencialidades latentes».

Nos apoios a conceder pelo Estado, de acordo com o executivo, haverá a

preocupação de «identificar as dinâmicas efectivas e pertinentes em cada espaço, por forma a reforçar o respectivo processo de desenvolvimento e a estimular uma maior participação dos agentes locais e as parcerias entre actores públicos e privados». Em síntese, com este programa, o Governo «mobiliza os recursos financeiros e técnicos necessários à aplicação de projectos decisivos para as respectivas regiões que, de outra forma, teriam maior dificuldade em se concretizar».

Como salienta o gabinete da ministra do Planeamento, as AIBT não se resumem meramente a um instrumento de apoio financeiro para reforçar o investimento público em áreas do território nacional particularmente necessitadas, com défices estruturais de desenvolvimento».

As AIBT pretendem ir mais longe ao traduzirem o reconhecimento de que «o interior do País possui recursos e potencialidades que importa valorizar e dinâmicas locais emergentes que merecem ser apoiadas».

Por outro lado, o mesmo Ministério salienta que «a prossecução dos objectivos preconizados no programa das AIBT dependerá, em grande medida, da capacidade de mobilização e de afirmação dos actores locais e pelo êxito do envolvimento directo e indirecto dos vários ministérios relevantes para o desenvolvimento destes territórios».

## VACINAÇÃO SÓ NO LIMITE

**A Assembleia da República debate hoje o surto da febre aftosa com a presença do ministro Capoulas Santos.**

**O debate de urgência foi requerido pela bancada popular depois de terem sido conhecidos os primeiros casos do vírus em território espanhol.**

**A epidemia de febre aftosa continua, pois, a enevoar o panorama dentro e fora da Europa. Em Portugal, a situação mantém-se: alerta total, mas sem casos de infecção.**

**C**apoulas Santos, ministro da Agricultura, só admite a vacinação maciça dos animais na União Europeia (UE) num cenário «de manifesto descontrolo» da febre aftosa no continente.

O governante falava à Comunicação Social, no dia 19, em Bruxelas, antes da reunião do Conselho de Ministros da Agricultura dos Quinze em que esta matéria seria debatida em pormenor.

O governante português objectou a vacinação classificando a medida como «catastrófica» para o mercado português, pelo que apenas deveria ser implementada num contexto de gravidade semelhante ao que se verifica no Reino Unido.

«Se Portugal vacinasse isso significaria uma declaração de auto-embargo. O mesmo aconteceria à União Europeia, que ficaria com os produtos que exporta dentro do espaço europeu, o que teria grandes consequências para o mercado», argumentou, respondendo assim a diversas associações de produtores portugueses que já defenderam a vacinação como solução preventiva para fazer frente à epidemia.

A vacinação nos Quinze, que implicaria um fechar das exportações para outros países, levaria a um acumular dos produtos no mercado europeu e uma consequente diminuição dos preços, tal como aconteceu há dois anos com a carne de porco depois do colapso dos mercados russo e asiático, o que gerou uma crise forte no sector em Portugal.

Além disso, a adopção da vacinação em massa obrigaria a uma «estratégia sanitária» de difícil aplicação, isto sem falar nos altos custos envolvidos.

No caso de esta medida ser inevitável, Capoulas Santos defende como prioridade para Portugal a vacinação das raças autóctones para preservação das espécies.

Na passada segunda-feira, Capoulas Santos admitira ter poucas expectativas de que a proposta que levava, no mesmo dia, aos seus homólogos europeus de auto suspenderem as exportações de animais vivos entre si até 27 de Março acolhesse a anuência dos Quinze.

O ministro português mostrou-se



consciente das implicações económicas desta medida, em especial de países exportadores no espaço comunitário como é o caso da Irlanda, Holanda, Alemanha ou Dinamarca.

Por seu turno, para Portugal o prejuízo não seria significativo, dado que exporta em pequena escala suínos e ovinos para Espanha, mas Capoulas Santos considera que o momento «crítico requer medidas adicionais» às impostas por Bruxelas,

justificando-se por isso «uma solidariedade entre os Estados-membros para combater a doença».

### Maior controlo entre Portugal e Espanha

Foi neste sentido que os ministros da Agricultura de Portugal e Espanha acordaram, no dia 16, reforçar os controlos nas trocas de animais vivos das espécies

sensíveis à febre aftosa, procedimento válido até 27 de Março.

Os dois países ibéricos exigirão «mutuamente uma autorização prévia concreta para o envio de cada partida de animais», anunciou, sexta-feira, em comunicado o gabinete do ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

«Perante a situação de alarme surgida pelo aparecimento da febre aftosa no Reino Unido e posterior propagação a França, os ministros da Agricultura de Portugal e Espanha partilham uma profunda preocupação e reafirmam manter ao mais alto nível a prevenção para evitar a sua entrada na Península Ibérica», lê-se no comunicado.

Ambos os ministros crêem que as medidas adoptadas no seio da UE são «as mais adequadas», mas acordaram «intensificar os controlos para evitar qualquer propagação da doença».

Agora os serviços veterinários de Portugal e Espanha poderão exigir qualquer tipo de informação, como origem exacta da proveniência, períodos de permanência dos animais antes da saída e provas de diagnóstico realizadas.

Isso para poderem «conceder a autorização prévia para a saída dos animais com as maiores garantias sanitárias», realçava o Ministério da Agricultura.

Entretanto, o Ministério da Agricultura decidiu proibir a importação de animais das espécies bovina, caprina, ovina e suína e outros biungulados, bem como de produtos animais originários destas espécies, provenientes de sete países não europeus.

A proibição de importações provenientes da Argentina, África do Sul, Suazilândia, Turquia, Quíuzistão, Mongólia e Taiwan, é justificada, em comunicado emitido, sexta-feira, pela Secretaria de Estado da Agricultura, pela necessidade «urgente» de «assumir desde já medidas de precaução adequadas à protecção do efectivo pecuário nacional», face a informações sobre o aparecimento de surtos de febre aftosa em países fora do espaço europeu.

No mesmo documento, o Ministério sustenta que a decisão de proibir importações de animais e produtos animais pode, entretanto, ser «alargada a outros países dos quais venham a ser obtidas informações que identifiquem eventuais riscos de propagação».

Ainda no dia 16, e apesar das medidas de urgência, o ministro da Agricultura confirmou a informação segundo a qual que Portugal continua sem detectar qualquer foco de febre aftosa, garantindo que o sistema de vigilância está em pleno funcionamento. Mesmo assim, apelou aos agricultores portugueses para que, provisoriamente, suspendam as encomendas de animais provenientes de outros países.

## A rota do vírus errante

O vírus panasiático, responsável pela epidemia de febre aftosa no Reino Unido que alastrou ao continente europeu, está largamente difundido a nível mundial após ter aparecido na Índia há uma dezena de anos.

O agente FMD-O, variante panasiática, que apareceu pela primeira vez no norte da Índia em 1990, «constitui só por si quase metade dos surtos de febre aftosa no planeta», sublinha Yves Leforban, perito da FAO, a agência das Nações Unidas para a alimentação e agricultura.

Pode surgir não importa onde. Basta um animal infectado ou um produto derivado (carne, lacticínios ou restos não esterilizados de tabuleiros de comida de aviões ou de barcos), proveniente de uma região onde a doença não tenha sido erradicada.

Da Índia, o vírus propagou-se para ocidente, atingindo a Arábia Saudita. Circulou largamente pelo Médio Oriente antes de entrar na Europa em 1996 pela Turquia.

Da Turquia, fez, em 1996, uma incursão na Grécia e na Bulgária.

Em Março de 2000 o vírus atingiu o Japão e a Coreia do Sul, países que não conheciam a doença há décadas (o Japão desde 1908 e a Coreia do Sul desde 1934).

Desembarcou no mesmo ano na África do Sul, perto de Durban. Este foco africano foi atribuído à utilização de restos de refeições de um barco proveniente da Ásia, para alimentar porcos.

A rapidez da sua difusão mostra claramente a capacidade dos novos tipos emergentes de febre aftosa se infiltrarem em vastas zonas geográficas, provocando epidemias em países poupados durante vários anos, sublinham os especialistas.

Da Índia, o vírus panasiático progrediu para leste e oeste.

Manifestou-se igualmente no Nepal (1993), no Bangladesh (1996) e no Butão (1998), no coração do Himalaia oriental.

Em 1999, tipos panasiáticos o foram registados na China continental, no Tibete, nas províncias de Fujian e Hainan e depois em Taiwan (por transporte de bovinos provenientes da ilha de Kinmen).

A família panasiática foi de novo encontrada recentemente, em 2000, em países próximos da China, na Mongólia, na Laos, no Camboja, assim como na Malásia e no extremo oriente russo.

## CONSUMO EM MUDANÇA

O Conselho de Ministros, reunido quinta-feira, dia 15, na residência oficial do primeiro-ministro, assinalou o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor.

Esta data evoca a declaração proferida pelo Presidente Kennedy em 1962, perante o Congresso norte-americano, em que enunciou os quatro direitos fundamentais dos consumidores (direito à segurança, direito à livre escolha, direito a ser informado e direito a ser ouvido), que mais tarde viriam a ser reconhecidos e ampliados pela ONU em 1985.

A data é celebrada em quase todo o mundo, constituindo a protecção dos Direitos dos Consumidores um importante indicador do progresso social e económico de um país.

Assim, o Executivo socialista salientou, pela sua importância para os consumidores, o conjunto de diplomas aprovados na passada reunião de 8 de Março, relativos à introdução do euro em Portugal em virtude do processo de integração económica e monetária da Europa, de que Portugal faz parte desde a primeira hora.

O conjunto de três diplomas aprovados incidiram sobre as alterações à Lei Orgânica do Banco de Portugal; a obrigatoriedade de dupla indicação de preços (em euros e em escudos); e a regulamentação, em sede monetária, do período de dupla circulação fiduciária – entre Janeiro e Fevereiro de 2002.

### Mais informação e protecção para menores

Na reunião da equipa ministerial socialista foi decidido alterar o quadro regulamentar da publicidade a serviços de audiotexto, no sentido de reforçar o direito à informação dos consumidores e a protecção dos menores.

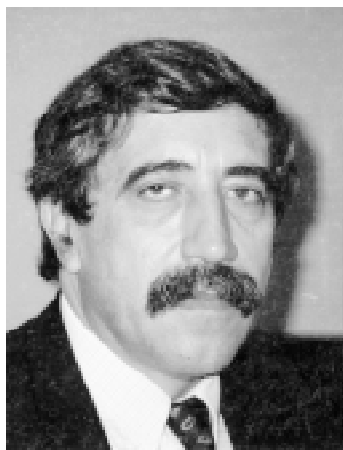
A mensagem publicitária constitui, muitas vezes, a única fonte de informação acessível ao consumidor. Torna-se, assim, indispensável reforçar as medidas de protecção e salvaguarda dos direitos de informação e das condições de segurança para os cidadãos.

Nesse sentido, o Governo entendeu prosseguir uma política activa de defesa dos direitos dos consumidores nas diferentes áreas relevantes.

Relativamente aos serviços de audiotexto, a prática tem demonstrado que as mensagens publicitárias a estes serviços não conferem ao consumidor, nem aos organismos de fiscalização, os elementos necessários que permitam identificar com clareza, nomeadamente, as condições de prestação do serviço e a identidade do prestador.

Por outro lado, a publicidade dirigida aos menores, incentivando-os à aquisição deste serviço, não tem em consideração a sua especial vulnerabilidade.

O decreto-lei de 1999 não prevê qualquer norma relativa à realização de concursos



pelas empresas prestadoras de serviços de audiotexto através da utilização deste sistema.

Assim, as empresas ou não informam os utilizadores sobre as condições de realização do concurso ou, quando o

ser fornecida ao consumidor em caracteres iguais, em tipo e dimensão, aos utilizados para a divulgação do número de telefone da linha de audiotexto e, tratando-se de mensagem publicitária transmitida pela televisão, deve ser exibida durante todo o tempo em que decorre a mensagem publicitária.

Qualquer comunicação que, directa ou indirectamente, vise promover a prestação de serviços de audiotexto, terá de ser identificar de forma expressa e destacada, o seu carácter de comunicação comercial, abstendo-se de, designadamente, assumir teores, formas e conteúdos que possam induzir o destinatário a concluir tratar-se de uma mensagem de natureza pessoal.

No que respeita às regras relativas à realização de concursos, o diploma estipula que as mesmas não podem ser fornecidas ao utilizador através de uma rede de serviço de audiotexto, devendo a mensagem publicitária indicar, de forma clara e precisa em caracteres facilmente legíveis, o meio através do qual o consumidor pode aceder às referidas regras.

Sem prejuízo da adopção de outros meios de efeito equivalente, tais regras deverão ser transmitidas ao consumidor através de uma linha de rede de telefone fixo, sujeita ao sistema tarifário em vigor, cujo número terá de ser divulgado na mensagem publicitária.

### Mais transparência nas relações comerciais à distância

Na última reunião de Conselho de Ministros aprovou-se, igualmente, a transposição para a ordem jurídica interna da directiva comunitária relativa à protecção dos consumidores em matéria de contratos celebrados à distância, regula os contratos ao domicílio e equiparados, as vendas automáticas, as vendas especiais esporádicas e estabelece modalidades proibidas de venda de bens ou de prestação de serviços

A legislação até agora em vigor (aprovada em 1987) introduziu no ordenamento jurídico português uma regulamentação inovadora com vista à protecção do consumidor em matéria de contratos negociados fora dos estabelecimentos comerciais, acolhendo para o efeito os princípios nesta matéria estabelecidos na directiva do Conselho, de 20 de Dezembro de 1985.

O crescente aumento de situações de venda de bens ou de prestação de serviços fora de estabelecimentos comerciais, com ou sem a presença física do vendedor, bem como o surgimento de novas modalidades comerciais, impõem, no entanto, a reformulação e o aprofundamento do conteúdo do actual texto legal tendo em vista adequá-lo à actual realidade económica e assim contribuir para uma maior transparência das relações comerciais e para uma melhor protecção do consumidor.

Por outro lado, importa transpor para a ordem jurídica portuguesa a legislação europeia de 1997, relativa à protecção dos consumidores em matéria de contratos celebrados à distância.

## Código pioneiro será português

O Dia Internacional dos Direitos do Consumidor assinalou-se quinta-feira (15) em Portugal com a perspectiva de o Governo aprovar, até final da legislatura, um código do consumidor, o que «tornará o País pioneiro a nível da União Europeia».

«O código do consumidor pretende elevar os direitos dos consumidores, tornando-os mais claros e dando-lhes uma maior dignidade no quadro do direito civil em Portugal», segundo o secretário de Estado da tutela, Acácio Barreiros, que anunciou, no dia 14, a iniciativa.

Para o governante, com este código, «o direito dos consumidores deixa de ser um direito menor e passa a ser assumido como uma dimensão do direito civil e comercial». Por outro lado, o prazo de reflexão após assinatura de um contrato de crédito foi alargado, em Conselho de Ministros, para 14 dias, anunciou também Acácio Barreiros. Os portugueses revelam um nível médio de satisfação em relação aos serviços públicos essenciais, penalizando, sobretudo, o preço do gás de botija e a qualidade do fornecimento de água canalizada.

Estas são as principais conclusões de um inquérito realizado pela Secretaria de Estado do Consumo, a par com o Instituto do Consumidor e que foi apresentado a semana passada.

fazem, utilizam uma linha de audiotexto fazendo repercutir o custo da chamada, mais cara do que o custo de uma chamada de linha comum, sobre o consumidor. Tal significa na prática, que é o próprio consumidor a pagar, a custos acrescidos, a informação que lhe deveria ser fornecida gratuitamente ou a custos normais pelo prestador do serviço.

Neste contexto, as alterações introduzidas implicam a proibição da publicidade a serviços de audiotexto dirigida a menores, sob qualquer forma e através de qualquer suporte publicitário, nomeadamente, integrando-a em publicações, gravações, emissões ou qualquer outro tipo de comunicações que lhes sejam especialmente dirigidas.

A informação relativa ao preço deverá de

## RECONDUÇÃO DOS MINISTROS DA REPÚBLICA

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 15, uma deliberação em que se propõe ao chefe de Estado a recondução nos seus cargos dos ministros da República para os Açores e Madeira, respectivamente Sampaio da Nóvoa e Monteiro Dinis.

A deliberação seguiu-se a uma carta enviada terça-feira pelo primeiro-ministro a Jorge Sampaio, na qual António Guterres afirmava a vontade do Governo na

permanência dos dois ministros da República nos seus lugares.

O mandato de Sampaio da Nóvoa e de Monteiro Dinis terminou com a posse do Presidente da República, Jorge Sampaio, na passada sexta-feira, no Parlamento. Tanto Sampaio da Nóvoa, como Monteiro Dinis, transmitiram ao primeiro-ministro a sua disponibilidade para se conservarem nos seus cargos por mais um mandato.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

**Alterar Código Penal para combater sinistralidade**

O Governo socialista está a preparar um plano de combate à sinistralidade nas estradas que prevê alterações ao Código Penal para reforçar as sanções aplicadas aos condutores que conduzam sob o efeito do álcool ou drogas.

O secretário de Estado da Administração Interna, Rui Pereira, disse, no dia 15, no debate parlamentar sobre sinistralidade rodoviária que o Governo vai pedir uma autorização legislativa à Assembleia da República para poder legislar sobre a matéria, já que as alterações ao Código Penal competem ao Parlamento.

As alterações à lei pretendidas pelo Executivo destinam-se a tornar claro que a sanção inibitória de conduzir se aplica, como prevê o código da estrada, aos condutores que conduzam sob o efeito do álcool e de drogas, já que a definição de condução perigosa está insuficientemente explicitada no código penal.

O Governo está também a ponderar baixar o limite de taxa de alcoolémia para menos de 0,8 gramas por litro de sangue, para efeitos de aplicação da sanção inibitória de conduzir, já que, disse Rui Pereira, «na Suécia o número de acidentes mortais baixou em sete por cento» na sequência da aplicação desta medida.

O secretário de Estado anunciou ainda que estão em preparação vários protocolos entre as autarquias e a Direcção-Geral de Viação para a eliminação dos chamados «pontos negros» nas estradas.

A possibilidade de introduzir módulos de prevenção rodoviária nas escolas do ensino secundário é outra das medidas que o Executivo do PS está a ponderar.



CULTURA

**Porto 2001 é um sucesso**

O ministro da Cultura, José Sasportes, disse, no dia 16, na Póvoa de Lanhoso, que o Porto – Capital Europeia da Cultura está a ser um sucesso, graças à adesão dos portugueses e à competência da equipa que dirige o projecto.

«A iniciativa está a ser um grande êxito porque a população do Porto a abraçou e lhe está a dar um grande suporte aderindo em massa às diferentes iniciativas», declarou, vincando que a programação se tem revelado interessante e de grande qualidade para o público.

O governante falava aos jornalistas à margem da inauguração do Cine-Teatro da Póvoa de Lanhoso, que foi recuperado pelo Estado e pela Câmara Municipal com um investimento de 140 mil contos, suportados pelo Ministério da Cultura, por fundos europeus e pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Para José Sasportes, o sucesso do Porto – Capital Europeia da Cultura deve-se, também, ao trabalho da equipa liderada por Teresa Lago, que tem demonstrado grande vitalidade e energia na condução quer da programação quer das obras que vão modificar a cidade.

Na opinião do ministro, a iniciativa vai deixar uma sensação de «grande sede e fome de cultura nos portugueses e nos portugueses em geral, mas deixará as necessárias estruturas para lhe dar de comer e beber nos próximos anos».



ASSUNTOS PARLAMENTARES

**Guterres disponível para debate parlamentar**

O primeiro-ministro disponibilizou-se a participar num debate parlamentar sobre política geral, no próximo dia 28, e apresentou também uma proposta de calendário sobre as suas participações em discussões até ao final da sessão legislativa.

Em carta enviada ao presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, pelo secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, José Magalhães, no dia 16, refere-se que o primeiro-ministro, além do debate mensal de Março, estará disponível para debater a situação política global do País a 27 de Abril e a 31 de Maio.

Guterres sugeriu ainda a data de 4 de Julho para a realização do debate sobre «o estado da Nação», que habitualmente encerra todas as sessões legislativas.

De acordo com o ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, António Guterres não teve participação activa no Parlamento em Janeiro e Fevereiro devido às eleições para a Presidência da República – cuja campanha eleitoral decorreu sobretudo ao longo do primeiro mês do ano – e à tomada de posse do chefe de Estado, este mês.



EDUCAÇÃO

**Ensino superior: olhar para recursos e resultados obtidos**

«O ensino superior não pode ser só analisado à luz dos problemas que enfrenta mas também à luz dos recursos que lhe estão afectados e dos resultados obtidos», disse, no dia 19, o ministro da Educação, Augusto Santos Silva.

A propósito da semana de luta dos estudantes do ensino superior, iniciada segunda-feira, o governante afirmou que esta semana podia antes servir para falar dos «casos de excelência» do ensino superior público.

«Recuso-me a olhar só para os problemas. É preciso olhar também para os recursos e para os resultados», disse o ministro.

«É preciso melhorar o funcionamento das instituições para que os resultados correspondam aos recursos», sustentou, acrescentando que «há os que só vêem o problema da falta de recursos» quando o que é preciso é «analisar também a relação entre os recursos e os resultados».

«Não entendo como se aborda o insucesso escolar, falando na suposta ausência de condições materiais e na suposta impreparação pedagógica dos professores, esquecendo que há também os alunos que estudam e os que não estudam, os que investem nos seus cursos e os que não investem», sublinhou o ministro da Educação.



COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Jornalistas consentem inacessibilidade à informação**

O secretário de Estado da Comunicação Social lamentou, no dia 17, em Braga, que os jornalistas presentes numa conferência de Imprensa do Vitória de Guimarães tenham permitido uma violação dos direitos da classe por parte da colectividade.

«Fiquei com uma certa mágoa por ver que os jornalistas presentes não se insurgiram contra uma violação clara do direito ao acesso às fontes de informação, que está consagrado na lei», afirmou, vincando que os profissionais do sector têm obrigação de zelar pela defesa dos direitos que lhe estão consignados, a bem da liberdade de informação.

O governante comentava a proibição recentemente imposta pelo presidente do Vitória de Guimarães a uma equipa de reportagem da Rádio Santiago de aceder à sala onde o novo treinador do clube, Augusto Inácio, iria fazer a sua apresentação.

A proibição de assistir ao evento dada à Rádio Santiago não obstou a que os profissionais presentes aceitassem participar, sem se solidarizarem com os colegas marginalizados. Arons de Carvalho vinhou que com esta posição não está a defender a Rádio Santiago de Guimarães, mas tão só a lembrar que o Estatuto dos Jornalistas não pode ser violado com o suporte dos próprios jornalistas.

«É lamentável que sejam os jornalistas os primeiros a consentir que os seus direitos sejam violados», acentuou.



FINANÇAS

**Inflação abranda a partir do segundo trimestre**

O ministro das Finanças garantiu, no dia 15, que a inflação abrandará a partir do segundo trimestre de 2001 e manteve que a taxa média em Dezembro será o máximo de 2,9 por cento.

Em declarações aos jornalistas, no final do Conselho de Ministros, o titular da pasta das Finanças recusou as projecções mais alarmistas, alegando ser «muito cedo para fazer previsões» sobre a evolução da inflação em 2001.

No entanto, Pina Moura chamou a atenção para o comportamento dos preços em determinados sectores, nomeadamente o alimentar, e para a evolução da política salarial.

«Nos processos de contratação é necessário haver moderação salarial, porque é mesmo preciso evitar uma espiral entre salários e inflação», advertiu o governante.

O titular da pasta das Finanças, justificou a taxa de inflação homóloga de 4,8 por cento em Fevereiro com o facto de «o ajustamento dos preços dos combustíveis ter sido feito apenas em Março de 2000, com efeitos a partir de Abril».

Até ao final de Março deste ano, «a inflação homóloga permanecerá elevada, concedendo um abrandamento a partir do final do primeiro trimestre deste ano», garantiu.



#### TRABALHO

### Qualificação e qualidade são novos desafios

O ministro do Trabalho e Solidariedade afirmou, no dia 19, no Funchal, que Portugal vive hoje uma «boa» conjuntura económica, pelo que deve «reflectir sobre os principais problemas do futuro, a qualidade e qualificação».

Paulo Pedroso, que efectuava uma visita à Madeira, marcou presença na cerimónia de assinatura de um protocolo de cooperação celebrado entre o Instituto para a Inovação na Formação Profissional e a direcção regional da Formação Profissional madeirense e num seminário subordinado ao tema «Inovação e Qualidade na Formação».

Com base neste acordo, a Madeira passa a integrar a rede nacional dos Centros de Recursos em Conhecimento, composto actualmente por cerca de 30 elementos.

Este protocolo permite a colaboração no desenvolvimento de um conjunto de actividades no domínio da educação e promoção da qualidade da formação profissional, o desenvolvimento de estudos sectoriais prospectivos e a harmonização de metodologias de acreditação das entidades promotoras.

Paulo Pedroso salientou que «se Portugal quer ter a ambição de ultrapassar o atraso que o afasta da média da União Europeia», tem de procurar factores impulsionadores para o grande salto na produtividade, sendo «preciso ter pessoas bem preparadas, corrigir os efeitos dos erros do passado e projectar o futuro em relação aos níveis de qualificação».



#### TURISMO

### Algarve terá observatório regional

O secretário de Estado do Turismo, Victor Neto, garantiu, no dia 16, em Portimão, que será criado brevemente o Observatório Regional de Turismo do Algarve, no quadro da rede nacional de observatórios de turismo.

Falando no final de um encontro com empresários de Lagos ligados à actividade turística, Victor Neto explicou que a unidade algarvia integrará uma rede nacional constituída por sete observatórios.

O governante esclareceu que a função principal do Observatório Regional de Turismo do Algarve será a recolha de dados sobre a actividade turística na região e a promoção de iniciativas que permitam uma informação mais correcta e rápida sobre o desenvolvimento do sector.

Depois de referir que o observatório algarvio será um dos mais importantes, o secretário de Estado sublinhou que todos os dados a nível nacional são depois recolhidos e tratados numa unidade técnica sediada em Lisboa.



## CONSELHO DE MINISTROS

### Reunião de 15 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Assinalar o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor.
- Um diploma que altera o decreto-lei que regula a publicidade a serviços de audiotexto, no sentido de reforçar o direito à informação dos consumidores e a protecção dos menores;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa à protecção dos consumidores em matéria de contratos celebrados à distância, regula os contratos ao domicílio e equiparados, as vendas automáticas, as vendas especiais esporádicas e estabelece modalidades proibidas de venda de bens ou de prestação de serviços;
- Um decreto-lei que aprova um aumento de capital social por entradas em espécie e uma emissão de obrigações convertíveis em acções da Portugal Telecom, SGPS, SA;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade Águas do Norte Alentejano, SA, concessionária da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento Norte Alentejano para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade Aveiropolis, SA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um diploma que aprova o alargamento da Região de Turismo de São Mamede;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova os Estatutos da Fundação de Serralves;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do XIV Governo Constitucional;
- Uma resolução que determina a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa e procede à suspensão do mesmo em área delimitada;
- Uma resolução que ratifica a deliberação da Assembleia Municipal de Torres Vedras que aprovou a suspensão parcial do Plano de Pormenor da Zona Poente de Torres Vedras, na área situada entre o limite nascente deste Plano e o limite definido, de norte para sul, da Vala do Alpilhão até ao cruzamento com a estrada municipal 553 e por esta última até ao limite sul do plano;
- Uma resolução que substitui o vogal suplente do Comité das Regiões, em representação da Região Autónoma da Madeira, José Agostinho Gomes Pereira de Gouveia, por João Carlos Cunha e Silva;
- Uma resolução que nomeia o encarregado da missão criada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2001, de 6 de Janeiro, com o objectivo de desenvolver as estratégias de implementação do sistema de monitorização electrónica de arguidos sujeitos a medidas de coacção prevista no artigo 201.º do Código de Processo Penal.
- Uma resolução que exonera António Augusto de Figueiredo da Silva Martins do cargo de presidente do Conselho de Administração do IEP – Instituto das Estradas de Portugal; o Guilherme Luís Faria Câncio Martins dos cargos de vogal do Conselho, de vogal executivo do ICERR e de administrador-delegado do ICOR; Rui Filipe de Moura Gomes dos cargos de vogal do Conselho do IEP de vogal executivo do ICERR e de vogal executivo do ICOR; Victor Manuel Bento Baptista do cargo de vice-presidente do ICERR;
- Uma resolução que nomeia Pedro Eduardo Passos da Cunha Serra para o cargo de presidente do Conselho de Administração do IEP; Artur Pato Mendes de Magalhães para os cargos de vogal do Conselho e administrador-delegado do ICOR; Álvaro Jaime Neves da Silva para os cargos de vogal do Conselho do IEP e vogal executivo do ICERR; e José Alberto Alves Nunes do Valle para o cargo de vice-presidente do ICERR;
- Uma deliberação que propõe ao Presidente da República a nomeação do juiz conselheiro Alberto Manuel de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa para o cargo de ministro da República para a Região Autónoma dos Açores;
- Uma deliberação que propõe ao chefe de Estado a nomeação do juiz conselheiro Antero Alves Monteiro Diniz para o cargo de ministro da República para a Região Autónoma da Madeira.



PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UNIÃO EUROPEIA

PORTUGAL SOCIALISTA



**DEBATE POLÉMICO**

**Unões de facto homossexuais**

# APROVADA LEI «FRACTURANTE»

A Assembleia da República aprovou, no dia 15, a lei das uniões de facto para casais homossexuais com os votos da esquerda, que acabou por viabilizar o também polémico diploma da pílula do dia seguinte. Os deputados aprovaram igualmente a lei que cria medidas de protecção a pessoas que vivam em regime de economia comum, dando seguimento a um acordo alcançado em comissão pelo PS, PCP, BE e PEV. Mas a votação não foi pacífica, acabando, no entanto, por ser mais «tranquila» do que inicialmente se julgava.

A favor das uniões de facto votaram PS, PCP, BE, PEV e quatro deputados da JSD, Pedro Duarte, que preside à organização, José Eduardo Martins, Nuno Vitorino e Ricardo Almeida.

Contra as uniões de facto manifestaram-se PSD, CDS-PP e os deputados Cláudio Monteiro, Maria do Rosário Carneiro e Teresa Venda que representam o Movimento Humanismo e Democracia, integrado na bancada do PS.

A votação da lei que cria os regimes de economia comum foi quase em tudo semelhante, com excepção da atitude dos quatro deputados da JSD que, desta vez, seguiram a orientação do partido laranja. A Assembleia da República aprovou, assim, uma «lei fracturante» num dia em que no plenário passou outra legislação polémica – a pílula do dia seguinte.

Na votação da lei da contracepção de emergência, as bancadas estiveram menos divididas.

A favor votaram os partidos de esquerda, que já tinham alcançado um consenso em comissão, e três deputados da JSD. Seguindo igualmente a tendência verificada na comissão, o plenário «chumbou» o projecto de lei do PSD sobre gravidez na adolescência, motivando a troca de críticas entre as bancadas de esquerda e de direita.

Por seu turno, a Opus Gay, o Grupo de Trabalho Homossexual/PSR e a ILGA expressaram à Comunicação Social o sentimento de «grande satisfação» gerada pela aprovação da lei que alarga o regime de direitos das uniões de facto aos casais do mesmo sexo.

«Trata-se de uma importante vitória dos direitos humanos, dos portugueses e de Portugal, que passa a ficar, neste domínio, a par da França, Holanda, Dinamarca e Suécia, por exemplo», realçou António Serzedelo, da Opus Gay, acrescentando que o Parlamento assistiu à quebra de «uma cortina de ferro vaticana e o domínio eclesial».

«Tal como o direito de votar, que cada um exerce ou não, conforme deseja, também fica agora consagrado legalmente um direito aos homossexuais, que eles poderão ou não utilizar», referiu.

«Uma época de assumida globalização, a evolução de ilícitos económicos, criminais ou não, dotados de características de extrema organização, tecnologicamente evoluídos e altamente premeditados, tornam a sua descoberta e análise extremamente difíceis, reforçando o dever geral de colaboração, a informação perante autoridades competentes para administrar justiça e de órgão de polícia criminal», afirmou, no dia 8, o deputado do GP/PS Joaquim Sarmento, na Assembleia da República, durante o plenário em que foram discutidas iniciativas legislativas comunistas sobre esta matéria. Segundo Joaquim Sarmento, «princípios constitucionais de tutela efectiva, como sejam o dever de colaboração com a justiça, arquivamento, igualdade perante os encargos públicos, deverão redundar numa clara derrogação aos deveres de sigilo que excepcionalmente venham a ser impostos, e numa clara delimitação do que deve ser considerado confidencial».

**DEPUTADO JOAQUIM SARMENTO**

**Branqueamento de capitais**

# APERTAR A MALHA AO POLVO



Os socialistas querem ver claramente definidas as condições nas quais os sectores público e privado devem abdicar do direito de sigilo comercial e fiscal para colaborar ou coo-

perar com a justiça no combate ao branqueamento de capitais e ao crime organizado. «Numa época de assumida globalização, a evolução de ilícitos económicos, criminais ou não, dotados de características de extrema organização, tecnologicamente evoluídos e altamente premeditados, tornam a sua descoberta e análise extremamente difíceis, reforçando o dever geral de colaboração, a informação perante autoridades competentes para administrar justiça e de órgão de polícia criminal», afirmou, no dia 8, o deputado do GP/PS Joaquim Sarmento, na Assembleia da República, durante o plenário em que foram discutidas iniciativas legislativas comunistas sobre esta matéria.

Segundo Joaquim Sarmento, «princípios constitucionais de tutela efectiva, como sejam o dever de colaboração com a justiça, arquivamento, igualdade perante os encargos públicos, deverão redundar numa clara derrogação aos deveres de sigilo que excepcionalmente venham a ser impostos, e numa clara delimitação do que deve ser considerado confidencial».

Entre as medidas subjacentes ao diploma do PCP, o parlamentar do PS destacou as que se articulam com as limitações do sigilo bancário, nomeadamente o aditamento ao decreto-lei n.º 325/95 de 2 de Dezembro da uma disposição que afasta o

segredo bancário e fiscal quando esta em causa o inquérito, instrução ou julgamento de um processo relativo a branqueamento de capitais, dependendo esse afastamento, unicamente, da autorização ou ordem do juiz. Defendendo categoricamente a necessidade de não sucumbir ao conformismo face ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro e à criminalidade organizada nacional e internacionalmente, Joaquim Sarmento apoiou-se no consenso europeu sobre a urgência de, «na fase actual, registar um novo impulso» no combate sem tréguas a estes flagelos sociais.

«Tanto o Conselho da União Europeia como o Parlamento Europeu têm apelado para a adopção de medidas adicionais destinadas a redobrar os esforços da UE em matéria de combate ao branqueamento de capitais», observou o deputado socialista, acrescentando que «a resolução destes problemas é uma tarefa hercúlea que ainda por cima esbarra numa enorme hipocrisia da comunidade mundial».

Neste contexto, Joaquim Sarmento classificou como positivas as iniciativas legislativas apresentadas pela bancada parlamentar do PCP. É que, recordou, «o branqueamento de capitais é uma das grandes ameaças à democracia e à soberania e independência dos Estados e as associações criminosas que o consubstanciam vão fragilizando o poder político, cada vez mais condicionado pelo poder económico, este minado, por sua vez, pelo peso crescente no circuito legal de negócios de somas fabulosas, engendradas pelo narcotráfico e outras actividades criminosas».

MARY RODRIGUES

**DEPUTADO CARLOS LUÍS**

# Requerimento Mais programas informativos com as comunidades portuguesas

O deputado do PS Carlos Luís dirigiu um requerimento ao ministro com a tutela da Comunicação Social, solicitando esclarecimentos sobre se a RTP Internacional vai promover, com carácter de regularidade, programas e debates informativos com a participação de deputados eleitos pelas comunidades portuguesas, criando programas e fóruns de debate com espaço de intervenção para o Conselho das Comunidades Portuguesas, as colectividades e associações da sociedade civil que representem e promovam os interesses dos cidadãos portugueses residentes noutros países.

O camarada Carlos Luís, na exposição de motivos, refere que se tem constatado que a RTP Internacional, no universo da sua programação, não tem dado o devido relevo a programas e fóruns de debate entre as associações que representam as comunidades portuguesas.

J. C. C. B.

**DEPUTADA HELENA ROSETA**

# Lançamento de livro Os Dois Lados do Espelho

O livro «Os Dois Lados do Espelho», da deputada socialista Helena Roseta, foi lançado no passado dia 19, numa sessão realizada no Auditório Novo da Assembleia da República.

A apresentação deste livro que reúne textos escritos e publicados ao longo de mais de nove anos esteve a cargo do camarada Mário Soares.

Os «Dois Lados do Espelho» não é uma apologia da ambiguidade, muito pelo contrário, é uma recusa do politicamente correcto, das verdades oficiais, mas acima de tudo do pensamento único sob todas as suas formas.

Para ler e reflectir.

J. C. C. B.



# Grupo Parlamentar do PS lançou linha verde

O Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) apresentou na semana passada a sua linha verde para atendimento dos cidadãos, uma iniciativa que arranca de forma experimental apenas com os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Lisboa.

A proposta de lançar uma linha verde socialista partiu dos 22 deputados eleitos pelo PS no círculo de Lisboa, com o objectivo de estreitar a ligação com os eleitores.

De início, e já a partir do próximo dia 19, os problemas dos cidadãos serão acompanhados pelos deputados socialistas de Lisboa, mas a ideia é alargar ao longo do tempo a iniciativa a todos os círculos eleitorais.

Quem o garantiu foi o próprio líder parlamentar do PS, Francisco Assis, que, em conferência de imprensa, lembrou a importância da linha verde como instrumento para tornar a «Assembleia da República mais transparente e próxima dos eleitores».

Assis adiantou que «os grupos parlamentares têm a obrigação de recorrer às mais diversas iniciativas para minimizar a distância excessiva» que existe actualmente entre eleitores e eleitos.

De seguida o deputado Miguel Coelho, presidente da Concelhia de Lisboa do PS, passou a explicar que a linha verde está disponível aos cidadãos, entre as 10 e 30 e as 18 horas.

O mesmo deputado adiantou que estarão dois funcionários de serviço à linha verde, os quais encaminharão os problemas expostos pelos eleitores para o deputado que normalmente trata do assunto em causa.

O cidadão será contactado pelo parlamentar no «prazo máximo» de 48 horas, garantiu Miguel Coelho.

O facto de, nesta primeira fase, a linha verde estar apenas disponível para os deputados eleitos pelo círculo de Lisboa não invalida que cidadãos de outras regiões do país não possam ligar para o **800204342** a expor os seus problemas.

A diversidade de telefonemas será, aliás, um dos factores que determinará o alargamento da iniciativa a outros círculos regionais.



## PARIS ESTÁ EM FESTA COM A VITÓRIA HISTÓRICA DA ESQUERDA

**A esquerda alcançou uma vitória histórica em Paris. Pela primeira vez em mais de um século, a Cidade-Luz é vermelha. O presidente da Câmara é socialista. O candidato da esquerda plural, Bertrand Delanoë, de 50 anos, sucede ao neogaullista Jean Tiberi, após uma segunda volta extremamente disputada.**

**M**al foram os conhecidos os resultados que colocaram um socialista à frente dos destinos da capital francesa, milhares de cidadãos festejaram na Praça do Hotel de Ville. Delanoë conseguiu 49,7 por cento dos votos, contra 35,8 por cento para as listas de Philippe Séguin, 12,7 por cento para as listas de Jean Tiberi (o «maire» cessante). Uma festa em Paris que faz lembrar Lisboa em 1989, quando Jorge Sampaio à frente de uma coligação de esquerda venceu na capital em pleno apogeu do cavaquismo.



Uma vitória histórica com Jorge Sampaio portador de um programa e uma estratégia progressistas para Lisboa.

Lyon, a terceira cidade francesa e segundo pólo económico do país, tradicional bastião da direita, foi também conquistada pelo candidato socialista, Gerad Collomb.

A esquerda ganhou em cidades onde houve uma mutação sociológica, «as classes burguesas votam cada vez mais à esquerda», mas ao mesmo tempo perdeu o seu eleitoral «natural», popular, como sucedeu em Lille, onde a antiga ministra do Trabalho e da Solidariedade, Martine Aubry, teve sérias dificuldades para manter a autarquia.

No entanto, as municipais revelaram que a esquerda já não pode contar com o PCF, cujo declínio foi acentuado nestas eleições, com a perda de cidades que dirigia há décadas, como Drancy, Argenteuil e outras localidades na região parisiense, mas sobretudo dos seus bastiões como Nîmes, La Ciotat, La Seyne-sur-Mer, ou ainda Tarbes.

Paris, depois de um século à direita, terá

agora um presidente de esquerda, Bertrand Delanoë, um socialista que surpreendeu toda a gente, a começar no seu próprio partido, impondo-se como um eleito da capital, com um conhecimento profundo dos assuntos que interessam a população parisiense.

### Direita, sistema e pára-quetistas

Bertrand Delanoë é o contraponto de Philippe Séguin, o pára-quetista candidato da direita que veio de Epinal.

O homem que personificou o «não» a Maastricht em 1992, ficou a meio do caminho na «limpeza» que queria fazer no seio da direita da capital.

Recorde-se que o cargo de presidente da Câmara de Paris é um dos mais cobiçados de França, face à sua importância política e prestígio.

Gerindo um orçamento anual de 500 milhões de euros e 40 mil funcionários, o «maire» recebe os chefes de Estado estrangeiros em visita à Cidade-Luz.

## PRODI QUER DESBLOQUEAR PATENTE COMUNITÁRIA E PROJECTO GALILEU

O presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, anunciou no dia 14 que vai solicitar aos governantes da União Europeia o desbloquear da patente comunitária e do projecto Galileu de navegação por satélite.

Numa intervenção perante o Parlamento Europeu, dedicada à preparação da cimeira de Estocolmo (23 e 24 de Março), Prodi assegurou que vai concentrar todos os esforços em exigir aos governos que cumpram as promessas, dando como exemplo duas situações que estão bloqueadas na mesa do Conselho de Ministros.

Em relação ao primeiro assunto, Prodi insistiu que «existe uma necessidade urgente de uma patente que seja juridicamente válida em toda a União Europeia, com uma única jurisdição de forma a reduzir os custos das empresas, promover a inovação e assegurar um marco jurídico claro na solução de controvérsias».

### Patente comunitária

Prodi recordou a cimeira de Lisboa, onde,

há cerca de um ano, os líderes da UE decidiram que a patente comunitária estaria disponível antes do final de 2001.

Em relação ao projecto Galileu, Prodi explicou que este «oferece uma alternativa para a auto-suficiência da Europa no que respeita aos sistemas de navegação por satélite para usos civis, militares e científicos».

«A guerra do Kosovo demonstrou com toda a clareza a completa dependência da Europa do sistema de navegação por satélite norte-americano GPS (Global Positioning System). Se por razões militares este sistema for desactivado, as empresas europeias ver-se-ão obrigadas a suspender muitas das suas actividades», advertiu.

O projecto Galileu, sublinhou, «não é uma oportunidade mas uma necessidade». Os ministros das Finanças da UE não conseguiram alcançar na semana passada um acordo sobre o financiamento público da próxima fase de desenvolvimento deste sistema revolucionário.

Prodi indicou que «bastaria uma modesta injeção de fundos públicos para provocar a afluência dos investimentos privados» que tornariam viável o sistema Galileu.

## COMISSÃO EUROPEIA PREOCUPADA COM BAIXA DA PRODUÇÃO DA OPEP

A Comissão Europeia manifestou-se no dia 16 preocupada com a redução da produção da OPEP esperada no final da conferência dos países produtores em Viena.

Interrogado sobre uma baixa possível da produção da Organização dos Países Produtores de Petróleo, um porta-voz da Comissão em Bruxelas considerou que «não era a boa altura para o fazer».

«Não sabemos se há razões suficientes para tomar tal medida», disse, sublinhando que os «stocks» mundiais permaneciam a «um nível muito baixo».

«Sempre considerámos que a longo prazo, não era uma coisa boa para os produtores porque incita os consumidores a tentar substituir os produtos petrolíferos por outros», acrescentou Gilles Gantelet, porta-voz da comissão europeia para a Energia, Loyola de Palacio.

Segundo o porta-voz, «estas decisões mantêm efectivamente os preços, mas mantêm também de certo modo artificialmente a volatilidade dos mesmos, e impedem que os países consumidores voltem a constituir stocks».

A baixa que está a ser debatida em Viena pelos ministros do Petróleo da OPEP

podrá incitar a «acelerar um certo número de propostas sobre a eficácia energética e sobre a alteração das políticas dos transportes» e a «prosseguir o diálogo com os países da OPEP», acrescentou o porta-voz.



GENEVBRA

Conferência mundial

## PORTUGAL ELEITO PARA VICE-PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O embaixador português na ONU, Álvaro Mendonça e Moura, foi eleito no passado dia 19 presidente da mesa da 57ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos (CDH) na cerimónia de abertura da conferência mundial que decorre até 27 de Abril, em Genebra.

«Esta eleição aumenta a nossa margem de manobra na CDH, porque passamos a estar num grupo muito restrito que toma as decisões em relação à organização da sessão», afirmou o embaixador português no final da cerimónia de abertura.

«Constitui também um aumento de influência e de responsabilidade, visto que representamos o Grupo Ocidental durante a reunião da CDH», acrescentou.

Mendonça e Moura, enquanto membro da vice-presidência da CDH, é o representante



do Grupo Ocidental, que reúne a Europa Ocidental, Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. É a primeira vez que Portugal faz parte da mesa da CDH.

O presidente da mesa da CDH é Leandro

Despouy (Argentina) e representa a América Latina.

Para a vice-presidência, além de Portugal, foram eleitos o Quênia, representante do Grupo Africano, e a Letónia, pelo Grupo da Europa Central e de Leste.

O Paquistão, eleito redactor, representa o Grupo Asiático.

A CDH, principal órgão das Nações Unidas em matéria de direitos humanos, foi criada em 1946 pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas e é composta por 53 Estados-membros, entre os quais Portugal. Reúne-se anualmente em sessão plenária durante três semanas no Palácio das Nações Unidas, em Genebra, e nela participam todas as organizações internacionais ligadas às Nações Unidas e ainda numerosas organizações não-governamentais (ONG).

Nesta 57ª sessão anual da CDH, a situação dos direitos humanos nos territórios palestinianos ocupados deverá dominar os trabalhos da Comissão, que será encarregada de analisar o relatório da comissão de investigação que se deslocou aos territórios entre 10 e 18 de Fevereiro último.

A alta-comissária para os Direitos Humanos, Mary Robinson, tomou a palavra para falar da «questão de fundo» que é a realização da Conferência Mundial contra o Racismo, de 31 de Agosto a 7 de Setembro, em Durban (África do Sul).

De seguida anunciou que não se recandidata a um segundo mandato, por entender que poderá fazer mais se não estiver limitada pelos constrangimentos de funcionamento do sistema das Nações Unidas.

EURODEPUTADOS SOCIALISTAS

Soares defende

## RESTRIÇÕES ÀS MOVIMENTAÇÕES DO «TIPO TERRORISTA» DAS FLEC

O eurodeputado socialista Mário Soares defendeu no dia 14 que Portugal deve tomar a iniciativa de limitar as actividades na Europa da FLEC-FAC e da FLEC-Renovada, caso continuem as movimentações «do tipo terrorista» das duas organizações independentistas de Cabinda.

Para Mário Soares, se as duas organizações continuarem a fazer movimentações do tipo terrorista, raptando inocentes, com certeza que as suas actividades na Europa têm de ser restringidas, devendo a iniciativa partir do Governo português.

«Os países europeus têm que ser solidários com Portugal, como nós somos com os outros», sublinhou Soares, que falava à margem da sessão plenária do PE.

«Não podem permitir uma coisa destas e penso que a moção que vai ser votada pelo PE vai ter um efeito sobre isso, pedindo à União Europeia que não aceite a situação. Não se pode aceitar que pessoas no território francês façam ameaças aos portugueses», acrescentou.

O ex-Presidente da República, que define a situação como «inaceitável e ilegítima», entrou em contacto com uma das empresas na qual trabalhavam os três portugueses raptados pela Frente de Libertação do Enclave de Cabinda- Forças Armadas de Cabinda, a construtora Mota e Companhia.

### Atentatório e ilegítimo raptar para fins políticos

«Falei com uma das companhias em causa,

que está preocupadíssima, quer resolver o problema e está, porventura, disposta a pagar alguma coisa, que parece que é o que eles querem», disse.

Adiantou que o pagamento do resgate depende das pessoas, mas «as famílias e as companhias querem a liberdade» dos reféns. Para Mário Soares, é preciso agora «denunciar como ilegítimo e atentatório dos direitos do Homem raptar quem quer que seja ou em qualquer parte do mundo para atingir objectivos políticos».

### Casaca exige medidas contra falsificações alimentares

A divulgação na sessão plenária do PE do dia 13, do relatório anual de 1999 do Organismo de Luta Anti-Fraude, em que é mencionado o caso da falsificação de 130 mil toneladas de manteiga e extorsão de dinheiros públicos europeus por parte de uma organização criminosa italiana motivou uma intervenção do eurodeputado socialista Paulo Casaca.

O eurodeputado, que considerou este caso como a maior fraude de sempre cometida contra a Europa no domínio da PAC, interrogou a Comissão Europeia sobre «como foi possível que numa fraude desta dimensão, minuciosamente planeada e posta em prática durante três anos, envolvendo somas astronómicas de subvenções comunitárias, a Comissão Europeia não tivesse sido capaz de detectar o que quer que fosse».

O camarada Paulo Casaca quis ainda saber

«como é possível que uma política que se destina a servir as comunidades rurais e os agricultores acabe sistematicamente a financiar grandes complexos agro-industriais

e que estes se revelem, frequentemente, tão pouco escrupulosos no respeito pelo orçamento comunitário e pelos direitos dos consumidores e dos agricultores».

ESTRASBURGO

PE quer

## LIBERTAÇÃO DE PORTUGUESES E MAIS AJUDA PARA MOÇAMBIQUE

A exigência da libertação dos reféns portugueses em Cabinda e o reforço da ajuda financeira às vítimas das cheias em Moçambique constaram no dia 15 da agenda da sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), em Estrasburgo.

As duas propostas de resolução, que foram discutidas e votadas, partiram dos eurodeputados dos quatro partidos políticos portugueses com assento no hemiciclo europeu.

No que respeita à situação em Cabinda, o Parlamento Europeu (PE) exigiu a libertação «imediate e incondicional» dos cidadãos portugueses raptados, condenando a tomada de reféns como «instrumento de acção política».

A resolução exorta ainda à comunidade internacional para que realize «todos os esforços» no sentido da libertação dos oito portugueses raptados no enclave, e que se encontram nas mãos das FLEC/FAC e

FLEC/Renovada.

As cheias em Moçambique levaram o hemiciclo de Estrasburgo a apreciar uma proposta que apela à Comissão Europeia e aos Estados-membros para que reforcem o auxílio de emergência àquele país africano, tendo em conta as necessidades urgentes da população.

O plano de saúde e dos cuidados básicos e a reconstrução de habitações, escolas, hospitais e vias de comunicação são algumas das prioridades definidas no documento.

Fonte da Comissão Europeia disse que está em preparação um pacote de ajuda humanitária de dois milhões de euros (400 mil contos) para as vítimas das cheias em Moçambique, uma verba que será canalizada essencialmente para a distribuição de alimentos e a reabilitação de canais que permitam a distribuição de água potável e de utensílios agrícolas.

## NOVA ESTRATÉGIA IMPLICA «ECOTAXA» E «OLEÕES»

**T**odos os óleos que entram no mercado vão passar a pagar uma taxa para financiar a sua reciclagem e serão criados mecanismos para a sua recolha.

O anúncio foi feito, no dia 19, em Torres Vedras, pelo ministro do Ambiente.

José Sócrates, que assistiu à assinatura de um protocolo entre empresários do sector visando a criação da primeira unidade para a regeneração dos óleos em Portugal, disse que a reutilização dos óleos só é economicamente viável se houver incentivos como o que vai ser criado.

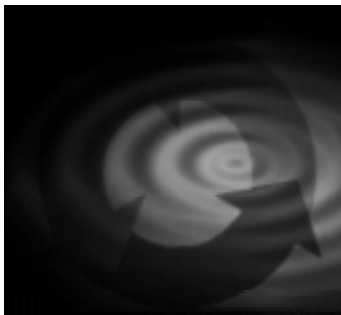
A apresentação da nova estratégia decorreu nas futuras instalações da Enviroil, uma unidade que fará o aproveitamento de óleos usados para a produção de electricidade a injectar rede pública e para consumo próprio.

Numa segunda fase, esta fábrica – cujas instalações deverão estar concluídas em Abril – poderá acolher a unidade para regeneração, que fornecerá às petrolíferas os componentes para a produção de óleo reciclado.

Para que o sistema funcione, é necessário, além de acabar com o mercado clandestino, criar um sistema de recolha que alimente a nova unidade.

Assim, entre as medidas legislativas que o Executivo socialista vai adoptar até ao fim de Maio, inclui-se a proibição da venda de óleos novos em hipermercados e outros estabelecimentos comerciais que não assegurem a mudança no próprio local ou que não disponham de um «oleão».

Como nem todos os óleos usados podem ter este tipo de aproveitamento, os óleos contaminados serão encaminhados para a co-incineração, um processo que se



encontra, até ao fim do mês, em fase de consulta pública, seguindo-se a fase de testes.

A Enviroil, a primeira fábrica para aproveitamento de óleos usados em Portugal, terá uma capacidade de tratamento de 16 mil toneladas/ano, transformando cerca de 80 por cento do óleo que entra num similar do gasóleo que será utilizado para a produção de energia.

### Plano de Gestão

Segundo o ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Plano de Gestão de Óleos Usados «define uma nova estratégia para a recolha e tratamento adequado dos óleos usados, prevendo, entre outras medidas, o reforço da inspecção/fiscalização das actividades desenvolvidas por este sector, por forma a melhorar o seu desempenho ambiental e eliminar as actividades clandestinas».

Os óleos lubrificantes vão começar a ser regenerados em Portugal dentro de um ou dois anos e, tal como as embalagens, vão

ser recolhidos por um sistema de «ponto verde» - os «oleões» - e incorporar uma «ecotaxa» no preço de venda ao público.

Em Portugal, o mercado dos óleos usados está quantificado em 36 milhões de litros por ano. Cerca de 16 milhões são actualmente co-gerados pela empresa Enviroil, que queima este combustível e o transforma em energia eléctrica.

Os restantes 20 milhões de litros serão, dentro do próximo biénio, regenerados por uma nova unidade industrial, ainda em estudo, que será constituída pelo consórcio Enviroil/Correia e Correia (25 por cento do capital social cada uma), Auto-Vila (25 por cento) e Lobbe Carmona (25 por cento).

O óleo de base que resulta da regeneração será posteriormente incorporado pelas petrolíferas em novos óleos, que poderão ser utilizados como lubrificantes em automóveis, barcos, aviões, circuitos

hidráulicos, moto serras ou outros equipamentos.

### Campanha de inspecção à queima de óleos usados

Entretanto, o Ministério do Ambiente vai lançar uma campanha de inspecção sobre as empresas para detectar os óleos queimados à margem da lei, sem sistemas de despoluição, que sejam usados como combustível. A informação foi avançada, no dia 16, pela presidente do Instituto de Resíduos Dulce Pássaro, que explicou que o objectivo desta campanha é o de detectar a fuga de óleos para fins indevidos.

Para serem utilizados como combustível, nomeadamente em caldeiras de queima de pequenas empresas, como é frequente em Portugal, os óleos têm de ser sujeitos a um tratamento prévio de modo a evitar a poluição do ar que a queima origina.

## PLANO PONTUAL DE INSPECÇÃO DE PONTES

O Instituto de Estradas de Portugal (IEP) apresentou, no dia 19, um programa de inspecções pontuais a fazer em pontes e vias de comunicação.

A implementação desta medida foi avançada, na passada sexta-feira, dia 16, em Montemor-o-Velho, Coimbra, pelo ministro do Equipamento Social, Ferro Rodrigues.

Após a sua primeira reunião, a nova administração do IEP anuncia um plano de inspecções pontuais, a arrancar de imediato, ficando para mais tarde um plano nacional de inspecção.

Trata-se, este último, de um «programa nacional profundo e muito sério de prevenção e inspecção em todas as áreas em que essa situação se justifique», afirmou Ferro Rodrigues, durante a inauguração do troço da auto-estrada A14 entre Santa Eulália (Figueira da Foz) à EN 335 em Arazede.

Após a primeira reunião da nova administração do IEP, este instituto «arrancará no terreno com inspecções pontuais numa primeira fase», explicou o ministro.

Considerando que o País tem estado perante um Inverno «perfeitamente anormal, que exige medidas imediatas», o novo titular da pasta do Equipamento Social defendeu como necessário «avançar na reconstrução de tudo o que aconteceu de negativo», mas também apostar na

prevenção e fiscalização.

Instado a comentar os alertas levantados por alguns autarcas do País em relação à segurança das pontes, o governante afirmou-se «convencido que há um alarmismo excessivo que não se justifica». «Se eu fosse autarca, por uma questão de prevenção e protecção, também teria tendência a dizer que haveria problemas com as pontes», sublinhou Ferro Rodrigues, classificando esses alertas como «uma forma de partilhar ou evitar responsabilidades em qualquer desastre que aconteça».

O troço aberto ao tráfego da auto-estrada A14 no dia 16, que quando concluída ligará a Figueira da Foz ao nó de Coimbra Norte da A1, tem uma extensão de 13 quilómetros tendo custado 8,3 milhões de contos.

Com a inauguração deste sublanço, que faz a ligação entre o nó de Santa Eulália (Figueira da Foz) e a EN 335 em Arazede, passam igualmente para a concessão da Brisa os já existentes 13 quilómetros do IP3, contíguos à auto-estrada A14.

Segundo dados da empresa concessionária, para a conclusão do traçado da referida auto-estrada ficam a faltar os oito quilómetros que ligam a EN 335 a Ançã, com data prevista de conclusão para Agosto de 2001 e a ligação de cinco quilómetros entre esta povoação e Coimbra-Norte (Janeiro 2002).

## PLANTAR ÁRVORES E COMPENSAR PERDAS

Mais de dois terços das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico de todo o País assinalaram ontem, 21 de Março, o Dia Mundial da Floresta, plantando carvalhos, pinheiros, eucaliptos, azinheiras e freixos, entre outras árvores.

Depois de um Inverno rigoroso que fez tombar milhares de árvores um pouco por todo Portugal, as diversas iniciativas previstas para ontem, que passaram invariavelmente pela plantação de árvores, bem podem vir a reparar alguns dos estragos.

As árvores que os alunos do 1º ciclo plantaram foram cedidas por iniciativa da Aliança Florestal, a empresa responsável

pela gestão dos patrimónios florestais da Portucel e Soporcel, em colaboração com 191 câmaras municipais de todo o País.

A Câmara Municipal de Lisboa comemorou o Dia da Floresta no Parque da Bela Vista, com inúmeras actividades relacionadas com a árvore e a floresta em que participaram crianças e idosos.

Em Sintra, foi inaugurado pela secretária de Estado da Habitação e pela edil sintrense o Parque Urbano do Pendão.

Também os presidentes das cidades Capital da Cultura 2001 plantaram ontem a primeira árvore do jardim de Roterdão no Palácio de Cristal, no Porto.

## SAMPAIO QUER ESCOLAS COMO LUGARES ONDE SE APRENDE A CIDADANIA

**O Presidente da República defendeu no dia 17, em Matosinhos, «mudanças essenciais» nas escolas que permitam que estas deixem de ser palco de indisciplina e violência e se transformem em formadoras de cidadãos.**

**«A escola deve ser o lugar onde se aprende a cidadania e não o desrespeito pelas regras de vida moral, social e pública», afirmou Jorge Sampaio, na cerimónia de abertura do XXVI Encontro Nacional das Associações de Pais, na Exponor, Matosinhos.**

O chefe de Estado considerou que a situação actual justifica «alguns motivos de preocupação», principalmente devido a três tipos de fenómenos: «A perturbação das aulas, a pequena violência e comportamentos violentos mais graves mas, felizmente, ainda raros».

Jorge Sampaio preconizou a adopção urgente de medidas de prevenção em todos os domínios por si discriminados.

Numa alusão às alterações legislativas em preparação neste momento, o PR afirmou esperar que elas «venham a clarificar responsabilidades, direitos e deveres», alertando para o facto da violência na escola ter de ser enfrentada «com celeridade».

Isto porque Jorge Sampaio considera que a impunidade dos autores de actos de violência no espaço escolar não pode pôr em causa a segurança e a liberdade.

Os «pequenos furtos ou outras práticas que atemorizam os alunos» são, para Sampaio, «comportamentos atentatórios da liberdade que devem ser combatidos».

«A ignorância ou a impunidade destas práticas encoraja o aumento do clima de coacção psicológica, que é incompatível com a liberdade e com a democracia», acrescentou o chefe de Estado.

Sampaio criticou o modo como, por vezes, a Comunicação Social transforma em «heróis pela negativa» alguns autores de violência escolar.

Mesmo sem ser nestas situações-limite, as escolas registam actualmente «um número preocupante de alunos que, apesar de inscritos na escolaridade obrigatória, não frequentam a escola ou frequentam sobretudo o pátio e a cantina, faltando às aulas».

A frequência do ensino obrigatório, realçou Jorge Sampaio, «não pode ser deixada ao critério dos alunos, pois é uma questão essencial para a democratização efectiva da escolaridade».

Reconhecendo à escola «um novo mandato» em relação ao passado, realçou que ela não pode tornar-se num mero «depósito de crianças».

Para alterar o estado actual das coisas, o Presidente da República defendeu um amplo conjunto de alterações aos mecanismos em vigor.

Antes de mais, Sampaio considera



fundamentais três condições «a criar prioritariamente nas zonas mais sensíveis mas que deverão ser generalizadas» a primeira das quais é a estabilidade dos professores e a sua assessoria por psicólogos e assistentes sociais.

O PR defende ainda que a escola deve ser de «frequência a tempo inteiro» e realça que «não é aceitável que existam nas escolas do primeiro ciclo regimes duplos», ou seja, crianças com aulas só de manhã ou só de tarde.

«Não é aceitável que as crianças dessas escolas passem as manhãs ou as tardes ao abandono quando a família vai trabalhar», considerou, sublinhando que «a família tem de poder encontrar na escola pública um ambiente de socialização, desenvolvimento cultural e protecção dos filhos».

A terceira condição que Sampaio quer ver «no terreno» é a responsabilização social de todos os parceiros educativos e em particular dos pais.

Além disso, gostaria de ver a conjugação de esforços de entidades como as escolas, associações de pais, autarquias, Segurança Social, forças de segurança e administração da justiça, salientando a importância de desenvolver o trabalho das comissões de protecção de menores.

Ao nível dos meios, o chefe de Estado gostaria de ver um reforço em termos bibliográficos, informáticos, laboratoriais e oficinais, «condição não suficiente mas necessária» para um sucesso escolar.

### Estudo revela sinais preocupantes de xenofobia

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, considerou, no dia 16, na Maia, que as conclusões de um estudo internacional sobre educação cívica, no qual Portugal participou, revelam «índices preocupantes» e «atitudes que podem ser de intolerância e xenofobia» entre os jovens portugueses.

Divulgado quinta-feira (dia 15) pela agência Lusa, o estudo mostra que 51,2 por cento dos jovens inquiridos com idades entre os 14 e os 15 anos concordam com a

segregação de crianças seropositivas, apoiando a criação de escolas separadas para esse grupo.

Revela também que 42,5 por cento dos jovens afirmam não concordar com a entrada de imigrantes operários não especializados, 29,3 por cento concordam com a segregação de crianças filhas de toxicodependentes e 23,9 por cento têm a mesma opinião relativamente a crianças de etnia cigana.

Estes dados – obtidos numa amostra representativa, a nível nacional, de 6.958 alunos do 8º e 9º anos de 150 escolas no Continente e Ilhas – são «mais uma razão para a opção básica desta mudança curricular que é a opção de considerar obrigatório no *currículum* de todo o Ensino Básico a formação cívica», sublinhou o ministro.

Augusto Santos Silva, acompanhado pelo ministro da Presidência, que acumula a pasta da Igualdade, Guilherme d'Oliveira Martins, visitou a Escola Secundária de Águas Santas, na Maia, para assinalar o Dia da Cidadania na Escola.

«A cidadania não é teoria, é o que fazemos todos os dias em todos os locais», disse o governante, referindo que a efeméride funciona como «um convite à opinião pública para que preste atenção ao que todos os dias se faz nas escolas em favor da cidadania».

Depois de uma visita às instalações da escola e a várias exposições da autoria dos alunos, Augusto Santos Silva participou num debate para esclarecer as dúvidas dos estudantes, a maioria das quais relacionadas com a reforma curricular, segurança na escola, acesso ao ensino superior e falta de condições materiais.

Convidado a colocar-se no papel de aluno e de professor, o ministro disse que, enquanto estudante, o que mais o faria «arrepier» era ouvir «uns tantos» a afirmar a sua incapacidade de aprender e, nesse sentido, ter de lutar para acabar com os exames, as provas globais e os *numerus clausus*.

«Enquanto professor, o que me faria arrepier era ouvir alguns a dizer que não sou capaz de ensinar se o programa mudar e que

apenas me sinto capaz na rotina», referiu, acrescentando que «o País precisa de iniciativa, responsabilidade e acção» e que Portugal «tem até 2005 para fazer o ciclo de mudança».

Relativamente à participação ou não dos estudantes na reforma curricular, o titular da pasta da Educação reafirmou que foi ouvida a única, na altura, Federação de Associações de Estudantes do Ensino Secundário, reforçando a ideia de que seria impossível ouvir os 400 mil alunos que frequentem este nível de ensino.

No âmbito do Dia da Cidadania na Escola, os ministros da Educação e da Presidência deslocaram-se na semana passada à Escola Secundária Augusto Gomes, em Matosinhos.

Participam também numa sessão/debate com professores, representantes das escolas vizinhas, autarcas, representantes dos partidos políticos e dos alunos.

### Equipa da Educação visita escolas

Por seu turno a equipa do Ministério da Educação desdobrou-se sexta-feira, dia 16, em visitas por vários estabelecimentos de ensino do País assinalando, assim, o Dia da Cidadania na Escola.

Numa carta enviada às escolas, o ministro da Educação lançou um convite aos estabelecimentos de ensino para que no Dia da Cidadania debatam a melhor forma de realizar o ideal cívico e troquem experiências e conhecimentos na área.

Na missiva, Augusto Santos Silva relembra que todos os dias são dias da cidadania na escola, mas destaca a importância do dia criado para a sua comemoração oficial, já que permite evidenciar as iniciativas tomadas pelos estabelecimentos de ensino para concretizarem a vivência quotidiana da cidadania.

A cidadania é, para o governante, o horizonte da educação, por isso considera que «nas escolas, sob orientação dos professores, as crianças e os jovens aprendem o que lhes vai ser essencial para a sua vida futura: aprendem a ser, aprendem a estudar, a descobrir e a criar, aprendem a fazer, a agir, aprendem a viver em conjunto». Esta temática é tanto mais pertinente se tivermos em consideração um estudo internacional sobre educação cívica, no qual Portugal participou através do Instituto de Inovação Educacional e no qual são evidentes sinais preocupantes de comportamentos intolerantes e xenófobos entre a população jovem portuguesa.

As comemorações do Dia da Cidadania nas Escolas iniciaram-se na Escola Secundária de Águas Santas, na Maia, e na Escola Secundária Augusto Gomes, em Matosinhos, que receberam a visita do ministro da Presidência, Guilherme d'Oliveira Martins, e do ministro da Educação.

A visita incluiu ainda a apresentação pública do livro «Cidadania de A a Z» de Isabel Alçada e Ana Maria Magalhães, editado pelo Ministério da 5 de Outubro e já distribuído pelas escolas.



#### Albufeira

##### Cerca de 300 idosos viajaram de avião até Lisboa

A Câmara Municipal de Albufeira promoveu diversas viagens de avião até Lisboa. Ao todo foram 287 munícipes, com mais de 65 anos, que puderam pela primeira vez usufruir deste meio de transporte numa viagem muito agradável até à capital, num clima de saudável confraternização.



Estas viagens prendem-se com o objectivo da Câmara de dar a conhecer os diferentes meios de transporte, como o autocarro, o avião, o barco e o comboio. Nesta iniciativa, o município investiu mais de cinco mil contos.

#### Autarquia quer revitalizar Paderne

A autarquia de Albufeira aprovou a celebração de um contrato-programa de colaboração técnica e financeira com o Ministério do Planeamento, com vista à preservação do património histórico-cultural de Paderne.

Este plano surge da necessidade de garantir a qualidade de vida das populações, a reabilitação de actividades produtivas tradicionais ou outras compatíveis, e outros valores.

#### Cascais

##### Limpeza de praias já arrancou

As praias da linha do Estoril já começaram a receber trabalhos de limpeza, que se vão prolongar todo o ano, graças à aquisição de duas máquinas por parte da Câmara Municipal de Cascais, assegurando deste modo uma fruição alargada das praias do concelho.

Estes novos equipamentos asseguram a limpeza dos areais das praias a uma razoável profundidade, através da combinação de várias técnicas de limpeza. Para o vereador do Ambiente do município de Cascais, «apesar deste tipo de limpeza não ser uma responsabilidade directa das Câmaras, Cascais decidiu avançar com este projecto garantindo, aos munícipes e visitantes, as praias limpas durante todo o ano».

As novas máquinas ao serviço da autarquia de Cascais vão, também, assegurar a desinfecção das areias através de

produtos naturais, iodo, durante a época balnear, altura em que a utilização das praias é mais intensiva.



#### Faro

##### Nova pista de atletismo

A Câmara de Faro adjudicou o projecto de execução da pista de atletismo, no valor de 11.950 contos.



O projecto, a implantar no Complexo Desportivo da Penha, junto às piscinas municipais, vai fazer parte de um conjunto mais vasto de equipamentos desportivos previstos para o local, nomeadamente a construção de um novo polidesportivo e de uma área verde de lazer.

#### Penha de França

##### Junta lança campanha contra os dejectos de cães nas ruas

A Junta de Freguesia da Penha de França tem vindo a distribuir pequenos cartazes com suporte em diversos estabelecimentos comerciais e cartazes-autocolantes em



vários locais da Freguesia, com o objectivo de sensibilizar os proprietários de cães para a necessidade de removerem os dejectos dos seus animais das ruas e espaços verdes da freguesia.

Com esta iniciativa, a Junta tem como objectivo sensibilizar os donos de cães que fazem da via pública a casa de banho privativa dos seus animais para a necessidade de alterarem este comportamento, que constitui um perigo para a saúde pública.

Trata-se de mais uma iniciativa da Junta, inserida no âmbito da sua política de defesa do ambiente.

#### Santo Tirso

##### Câmara organizou percurso pedestre com mais de 1300 jovens

Numa organização da Câmara Municipal de Santo Tirso, no âmbito das Jornadas Desportivas Inter-Escolas, realizou-se recentemente um «Percurso Pedestre na Natureza», através do trilho denominado «Monte Padrão 2001».



Esta acção destinou-se aos alunos das escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e das escolas secundárias do concelho. Na iniciativa participaram mais de 1300 jovens caminheiros.

#### Vila Franca de Xira

##### Autarquia recupera cine-teatro de Alhandra

O Cine-Teatro Salvador Marques, em Alhandra, o único do concelho de Vila Franca de Xira, encerrado há mais de 20 anos, irá voltar a funcionar depois de obras profundas de requalificação.

O projecto de recuperação do teatro implicará a realização de obras de grande envergadura que representarão um investimento de centenas de milhares de contos, pois será necessário recuperar não só o exterior, como também o interior do edifício.

Segundo explicou o arquitecto responsável pelo projecto, pretende-se «devolver o teatro à população», através da criação de uma sala de espectáculos que possa ser utilizada não só para teatro, como também para a realização de concertos, recitais ou cerimónias

oficiais.

Assim, de acordo com o projecto apresentado, o teatro terá cerca de 500 lugares. Toda a restante zona do teatro será também reconstruída, nomeadamente ao camarins, o palco e a zona de apoio técnico.

O Teatro Salvador Marques começou a ser construído, através de uma subscrição pública, no início do século XX, tendo sido inaugurado a 10 de Abril de 1905.



Durante várias décadas funcionou não só como teatro, mas também como sala de espectáculos de música e espaço de debates de luta contra o fascismo.

Em meados da década de 70, passou a funcionar como cinema, mas por pouco tempo. Nessa altura, foi adquirido pela Misericórdia de Alhandra, nunca mais tendo sido utilizado, estando por isso num avançado estado de degradação.

Agora, a autarquia pretende recuperar todo o edifício, de forma a que volte a existir uma sala de teatro no concelho.

Simultaneamente, deverá arrancar o projecto de renovação do edifício da Sociedade Euterpe Alhandrense, situada a poucos metros do Cine-Teatro Salvador Marques.

#### Investimento de um milhão de contos

O projecto, embora ainda esteja na fase de estudo prévio, deverá incluir a construção de um novo salão, de uma livraria, uma biblioteca municipal, várias salas de ginástica, um auditório para a banda da colectividade e um conservatório de música.

Como o edifício desta colectividade está situado mesmo na zona ribeirinha de Alhandra, prevê-se ainda a construção de um restaurante e um bar, com esplanada, na abertura do edifício, virado para o Rio Tejo.

De acordo com a presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Maria da Luz Rosinha, os dois projectos, ou seja a recuperação do Cine-Teatro Salvador Marques e a renovação do edifício da Sociedade Euterpe Alhandrense, representarão um investimento de cerca de um milhão de contos.

A autarquia vai tentar que estes dois projectos sejam participados no âmbito do Plano Operacional da Cultura do III Quadro Comunitário de Apoio.

## JORGE COELHO APELA À COESÃO EM NOME DE UM PROJECTO TRANSFORMADOR

O ex-ministro do Equipamento, camarada Jorge Coelho, afirmou no dia 17, no Porto, que o PS «tem todas as possibilidades de continuar a ser um projecto transformador», capaz de levar até ao fim as «reformas centrais da vida política». Segundo Jorge Coelho, as reformas fiscal, da segurança social, da administração pública e da saúde são «quatro grandes desafios pelos quais o PS vai lutar de forma determinada, por forma a cumprir o objectivo de transformar Portugal num país moderno e desenvolvido». Para isso, disse, «é preciso não ter medo, ir em frente e contar com o esforço de

milhares de socialistas, independentes e pessoas que apoiam o PS». «O PS tem de continuar a lutar para ser ganhador», salientou, referindo que «só faz sentido estar no poder para se deixar marcas, e não estar por estar». Jorge Coelho, admitindo que «nem tudo tem corrido bem e nem tudo vai bem no PS», apelou à coesão para que o partido consiga demonstrar que é «a alternativa mais séria para o País». Considerando o PS um «partido de pluralismo» e «um espaço de liberdade», o ex-governante afirmou que a missão central da vida dos socialistas é «lutar por aquilo em que se acredita e trabalhar pelo

projecto que o PS quer levar à prática». Para Jorge Coelho, «o PS tem de ir ao encontro daquilo que são desafios da frente, colocando na agenda questões concretas que preocupam os portugueses, problemas mais reais que afectam a vida da terceira idade ou a dos jovens, e não andar a reboque de ninguém». Naquela que foi a sua primeira intervenção pública desde que saiu do Governo, na madrugada de dia 5 deste mês, Jorge Coelho disse ficar «espantado» quando ouviu dizer que o PS está a virar à esquerda, por avançar com as reformas, nomeadamente com a fiscal.

«O PS é um partido de esquerda e não precisa de virar à esquerda. É um partido de uma esquerda moderna e democrática, que tem que ter, como é evidente, uma política de esquerda», referiu. Na sua opinião, o PS tem que sair reforçado no próximo congresso, por forma a continuar a sair vitorioso e capaz de transformar Portugal num país moderno. O dirigente socialista falava durante a cerimónia de encerramento do Encontro Nacional de Socialistas da Empresa EDP, que decorreu num hotel da cidade do Porto.

### CASCAIS

#### José Lamego é o candidato

A escolha não podia ser melhor. O camarada José Lamego, secretário Internacional do PS e ex-secretário de Estado da Cooperação, um dos políticos mais brilhantes da sua geração, é o candidato do PS à Câmara de Cascais nas próximas eleições autárquicas. De acordo com o presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Cascais, Umberto Pacheco, «o convite foi aceite por José Lamego, por Armando Vara, coordenador das autárquicas, e por Edite Estrela, presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa». Umberto Pacheco disse que «o nome do candidato teve uma aceitação unânime». Em relação à escolha de José Lamego, o responsável sustentou ter as melhores referências: «É um homem honesto, com um grande percurso político e um vastíssimo currículo.» Para Umberto Pacheco, o candidato do PS «é um homem de carreira, e que apesar de não ser de Cascais conhece muito bem o concelho». «É um nome para vencer», conclui.



#### Político brilhante e resistente antifascista

Hoje, a Comissão Política Concelhia do PS/Cascais vai reunir para aprovar o nome do candidato proposto. O camarada José Lamego, natural de Coimbra, 48 anos, advogado, deputado, professor e gestão, é um dos mais brilhantes políticos da sua geração. Membro da direcção do PS desde 1992, José Lamego, que foi director do «Acção Socialista», começou a sua carreira no MRPP em pleno marcelismo. Baleado pela PIDE no confronto em que morreu o estudante Ribeiro dos Santos, foi preso três vezes (resistiu a 39 dias de tortura do sono sem denunciar ninguém), tendo sido libertado após o 25 de Abril da cadeia de Caxias.

### JS

#### Secretariado Nacional

O Secretariado Nacional da JS, num comunicado, considera que «a aprovação dos diplomas referentes à contracepção de emergência, das uniões de facto e da economia comum constituem um extraordinário momento de emancipação política e civilizacional». Segundo salientam os jovens socialistas, «os projectos têm em comum o facto de constituírem um passo irreversível em vista de uma sociedade e de um Estado ciente das suas responsabilidades e capaz de olhar a realidade sem a querer conformar a orientações moralistas arcaicas».

#### Vitória sobre o populismo bacoco dos falsos moralistas

A JS «orgulha-se de ter dado um inestimável contributo para a construção destas soluções, embora consciente de que não se trata da "solução final" os projectos agora aprovados são um avanço e uma vitória: contra a demagogia, a hipocrisia e o populismo bacoco dos falsos moralistas».

### TORONTO

#### Criado núcleo da JS

O camarada Eduardo Galamba, em representação do Secretariado Nacional da JS, participou, em Toronto, na criação do primeiro núcleo da JS fora da Europa, o que constitui um marco histórico na história desta organização política juvenil. A iniciativa contou com o apoio decisivo de Ana Baião, da JS, e do PS/Toronto. Na sua deslocação a Toronto, o camarada Eduardo Galamba reuniu com um grupo de jovens, tendo tomado conhecimento das suas preocupações e aspirações no que respeita ao afastamento das segunda e terceira gerações de jovens em relação à língua e cultura portuguesas, bem como às oportunidades de inserção num possível regresso a Portugal. De salientar que os núcleos nas comunidades portuguesas desempenham um importante papel ao procurarem cativar os jovens para a actividade política, incentivando a sua inserção nas sociedades de acolhimento e a manutenção e reforço dos laços com Portugal.



#### 2º aniversário do PS/Toronto

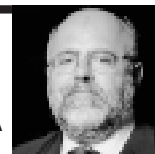
O PS/Toronto celebrou o seu 2º aniversário com um jantar-convívio, que reuniu cerca de 300 militantes e simpatizantes num restaurante local. Destaque para as presenças, entre outros, dos camaradas Vítor Caio Roque, deputado da Emigração, Sérgio Ávila, presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, Eduardo Galamba, do Secretariado Nacional da JS, e ainda de inúmeras personalidades da comunidade portuguesa radicada na cidade de Toronto.

### VILA VELHA DE RÓDÃO

#### Fausto Correia estabelece metas

O dirigente do PS Fausto Correia estabeleceu no dia 16 como meta para as eleições autárquicas a obtenção de mais mandatos do que o PSD em câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia. Fausto Correia fez estas declarações após ter participado na sessão de lançamento da candidatura de Maria do Carmo Sequeira à Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão. Fausto Correia mostrou-se confiante de que o PS conseguirá em Dezembro próximo «repetir as vitórias que alcançou nas eleições autárquicas de 1989, 1993 e de 1997». Entre outros motivos invocados para justificar a sua convicção na vitória do PS nas eleições de Dezembro, o secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro lembrou que «a lei das Finanças Locais não era cumprida pelos governos do PSD». «Com os governos de António Guterres, a lei de finanças locais começou a ser cumprida e as câmaras estão a receber mais do que no passado, independentemente da sua cor partidária», declarou o dirigente socialista, que exemplificou com o caso da autarquia de Vila Velha de Ródão, de maioria PSD.

## CONSTRUIR UMA SOCIEDADE NÃO RACISTA



O PS foi um partido pioneiro na luta pela integração dos imigrantes e dos cidadãos portugueses sem discriminações com base na «raça» ou na origem étnica. Nos fins da década de 80, a nível da FAUL, sob a coordenação de António Costa, iniciámos a construção de um programa para a integração dos imigrantes e das minorias étnicas.

A Declaração Conjunta do Secretariado da FAUL e das Associações Cabo-verdiana, Guineense, de Solidariedade Social e Cultural e Recreativa Angolana, de 22 de Maio de 1991, estabeleceu um programa de integração para a igualdade, que esteve na base dos programas sobre esta matéria que foram apresentados nas eleições legislativas posteriores. O volume «Viver com Qualidade – Um Projecto para a Área Metropolitana de Lisboa», editado pelo Grupo Parlamentar do PS, permite verificar como desde logo foi possível identificar um conjunto de áreas em que era necessário intervir, bem como o carácter transversal da integração para a igualdade.

O PS, para além de ter concretizado no Governo e na Assembleia da República aspectos essenciais dos programas que tem vindo a apresentar, contribuiu para uma radical alteração da perspectiva com que deverá ser encarada a circunstância de Portugal se ter tornado um país de imigração, embora, sem deixar de ser ainda, em meu entender, um país de emigração.

Tornou-se claro que para os Governos do PS a imigração contribuiu de forma positiva, quer com o seu suor, quer com a sua



criatividade e inteligência, para o desenvolvimento do país e que há que levar a sério o princípio da equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros (art. 15º da Constituição) sem esquecer o princípio da igualdade e da não-discriminação (art. 13º da Constituição), de forma a que os imigrantes se tornem cada vez mais cidadãos.

Reveste-se de grande significado, nesta perspectiva, a circunstância de se ter regulamentado o direito de votar e ser eleito nas eleições locais por parte de estrangeiros, embora condicionando a reciprocidade (art. 15º, n.º 4).

A exigência de reciprocidade, permita-se este entre parêntesis, deve aliás ser questionada, pois é de interesse da qualidade da integração de imigrantes que todos os aqui residentes possam participar nas eleições locais em condições a definir. A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou recentemente uma recomendação, apresentada pelo deputado socialista Carlos Luís, com base no qual qualquer residente legal deverá ter ao fim de três anos o direito de votar e de ser candidato nas eleições locais, o que não deixará de vir a ter reflexos na nossa legislação.

O PS foi também o primeiro partido português a assumir claramente no art. 1º dos Estatutos, que qualquer estrangeiro legalmente residente em Portugal, que seja cidadão de um Estado-membro da CPLP ou da União Europeia poderá ser membro do PS exercendo os seus direitos de militante como qualquer outro.

O PS subscreveu também a carta dos partidos europeus para uma sociedade não racista, na qual se afirma, nomeadamente, que:

«Conscientes das particulares tarefas e responsabilidades dos partidos políticos como agentes do processo político democrático ao defender e enunciar os princípios básicos de uma sociedade democrática e ao dar testemunho desses princípios; ao constituir uma plataforma para a discussão das questões em que possa haver divergências de opinião, ao integrar diversos pontos de vista no processo político de tomada de decisões, permitindo assim que a sociedade

solucione conflitos de interesses e opiniões entre diversos grupos sociais através do diálogo em vez da ruptura e do conflito; ao escolher representantes a vários níveis para uma participação activa no processo político...»

Assim sendo, há que levar a sério estes compromissos. Não se trata de se estabelecer qualquer tipo novo de quota para uma determinada categoria de militantes definidos a partir da «raça», que escrevo sempre entre aspas porque só há uma raça - a raça humana - da cor, da origem nacional ou étnica.

É precisamente, porque como dizia o Fernando Ka, ao apoiar ucranianos e moldavos «a solidariedade não tem cor», que há que assegurar uma equitativa – «fair» – em inglês participação dos portugueses e imigrantes a todos os níveis na vida do PS.

Esta participação deve verificar-se a nível de base, nos secretariados das secções, incluindo da JS, mas também a todos os outros níveis e áreas como reconhecimento da competência e do empenhamento dos militantes. O Congresso deveria dar sinais nesse sentido.

As próximas eleições locais deveriam também traduzir-se numa significativa participação dos portugueses, mas também dos imigrantes que já gozam dos direitos de votarem e de serem candidatos nas eleições locais. Quem seguiu com atenção a participação dos portugueses nas recentes eleições locais em França estará, decerto, de acordo comigo. Estas são modestas reflexões de um socialista tranquilo e confiante no futuro do PS.

## DIA MUNDIAL PARA A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL\*

O dia 21 de Março, assinalando a Convenção para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas, é um convite renovado à luta por uma sociedade não racista, em que todos os cidadãos vejam respeitada a sua dignidade e os seus direitos. A discriminação racial no sentido da Convenção visa qualquer distinção, exclusão restrição ou preferência, fundada na raça, cor, ascendência na origem nacional ou étnica.

Quer a nível nacional quer a nível europeu estão a ser desenvolvidas políticas que visam a criação de sociedades que estimulem a cooperação e a solidariedade entre todos os cidadãos, sem discriminações com base na raça ou na origem étnica.

A nível nacional irá ser instalada a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, logo que esteja completo o processo de designação dos seus membros pelas diversas entidades, com direito a estar nela representados, o que permitirá controlar com maior eficácia os casos de discriminação racial.

A nível da União Europeia está a ser dinamizada a aplicação das directivas que concretizam o novo art. 13º (antidiscriminação) resultante do Tratado de Amsterdão, quer a que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre pessoas, sem distinção de origem social ou étnica, quer a que estabelece um quadro geral de igualdade de tratamento no emprego e na actividade profissional.

Irá igualmente ser concretizado o programa

de acção comunitário de luta contra a discriminação 2001-2006, que abrange não apenas a discriminação com base na raça ou na origem étnica, mas todas as outras formas de discriminação previstos no novo artigo 13º do Tratado de Amsterdão.

Hoje, 21 de Março, em Bruxelas, será entregue o prémio Inovação 2000, atribuído pela Comissão Europeia que premeia projectos relativos à discriminação com base na raça ou origem étnica. Usarão da palavra na atribuição do prémio a Comissária para o Emprego e os Assuntos Sociais Anna Diamantopolou, e o alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas que presidiu ao júri.

Com vista a promover a participação dos jovens com menos de 21 anos na construção de uma sociedade que

promova a cooperação e a solidariedade entre todos os cidadãos, independentemente da origem social, étnica ou nacional, o alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas irá promover um concurso de cartazes, sob o lema «Viver Juntos Sem Discriminação Racial».

Serão atribuídos prémios aos três melhores cartazes e o primeiro será editado e amplamente divulgado. O regulamento do concurso e a composição do júri serão divulgados no próximo boletim do ACIME e no site [www.acime.gov.pt](http://www.acime.gov.pt) a partir de 1 de Abril e os cartazes em formato A3 poderão ser apresentados até 1 de Junho de 2001.

\* Mensagem do alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas

ACTUALIDADE

José Reis

## SOLIDÁRIO COM COELHO



**F**oi uma autêntica tragédia nacional aquela que aconteceu com a queda do tabuleiro da ponte ocorrida Entre-os-Rios, que arrastou para a morte cerca de 60 nossos concidadãos.

O funesto acontecimento, por já tão noticiado e divulgado, é conhecido de todos.

Agora as opiniões sobre as causas e responsabilidades dividem-se, em conformidade com as posições políticas e partidárias.

É lamentável que um caso destes, que nos deveria merecer consternação e o maior respeito por aqueles que morreram e pelas suas famílias, nos proporcione agora um espectáculo degradante por parte daqueles que procuram na especulação e na demagogia, retirar alguns dividendos e dar à desgraça e à dor, um tom político-partidário.

Jorge Coelho não lhes deu entretanto espaço ou oportunidade para ensaiarem qualquer número mediático. Sem



hesitações e com a maior dignidade, assumiu ele próprio por inteiro a responsabilidade da tragédia, e demitiu-se sem dar azo a qualquer hipótese de especulação à volta do seu nome. Fez o que deveria fazer, mas não deixou de ser uma atitude e um gesto pouco comuns na política portuguesa. Tinha sobre si as responsabilidades política e objectiva por tudo aquilo que do seu Ministério dependia, e por isso,

com toda a grandeza de um homem de Estado, avocou as responsabilidades inerentes.

Se se tivesse mantido no lugar, Jorge Coelho arrostaria sobre si o espectro e a sombra permanente da acusação, bem como o fardo de tudo aquilo que se passou.

Porém, com a sua demissão, o ex-ministro deixa mais pobre e debilitado o Governo. Era um responsável que dava a cara pelas grandes causas e que assumia frequentemente o odioso de situações complicadas e incómodas para o Executivo e para o PS.

Também a coordenação que Jorge Coelho sabia fazer muito bem, entre o Governo e o Partido Socialista, fica a perder.

É vulgar entre nós tecer loas àqueles que partem, mas, neste caso concreto, tudo o que se diga a favor do ex-responsável pela pasta do Equipamento Social peca por defeito.

Mas não há ninguém insubstituível e Ferro Rodrigues, outro grande político socialista, disponibilizou-se para preencher o lugar deixado vago por força das circunstâncias conhecidas.

Entretanto, começa a ser preocupante, que ao fim de apenas cinco anos de consulado socialista, se tenha assistido à queda de tantos «pesos-pesados» do PS. Citemos alguns:

Manuel dos Santos, Alberto Costa, José Lamego, António Vitorino, João Cravinho, Vera Jardim, Maria Carrilho, Fernando Gomes e Armando Vara; e agora o peso mais pesado de todos, Jorge Coelho.

É muito, ou melhor, é demasiado para um Partido que se dizia necessitar de recrutar independentes por ter um «deficit» de quadros.

Não obstante, a vida continua, e os caminhos, uns direitos e outros mais tortuosos, vão-se percorrendo.

Encontrem-se e resgatem-se os corpos das vítimas da tragédia do fundo do rio; trate-se tudo com a maior dignidade e saiem-se as feridas.

Acabe-se com o facilitismo e o improviso com que estamos habituados a conviver. Somos todos responsáveis por este espírito do «deixa andar».

Tendo este caso dramático como paradigma, comecemos a prevenir, para não termos que remediar.

CONGRESSO PS

Armando Ramalho

MOÇÃO SECTORIAL  
«QUE FUTURO PARA O  
PARTIDO SOCIALISTA»

**P**roposta de reestruturação, substituindo as actuais estruturas, «Comissão Nacional e Comissão Política Nacional» por um órgão representativo e de eleição individual

A estrutura representativa do nosso Partido, para se adaptar com eficácia às solicitações impostas pela modernidade, deverá substituir as actuais, Comissão Nacional e Comissão Política Nacional, criando em sua substituição uma estrutura representativa e funcional, que será o órgão, por excelência, da pluralidade e do debate político, e será o suporte institucional do Secretariado Nacional, com poderes equivalentes aos hoje instituídos, na Assembleia da República, para produzir, atempadamente, moções de orientação política de confirmação e suporte às políticas de governos suportados pelo Partido Socialista.

Só assim se saberá da justeza e dos apoios encontrados face às necessidades de instituir na luta política a dignidade e real transparência de que o Partido Socialista são referências.

A prática já longa tem demonstrado a nulidade funcional, por razões diversas bem conhecidas de todos nós, ser geradora de conflitos de competências,

com uma deprimente ausência da necessária reflexão e do profícuo debate e consequente orientação. Esta proposta, que agora apresentamos, estamos certos que vem colmatar esta tendência.

A fórmula que ora propomos, para a constituição de um órgão representativo e de eleição nacional, deverá ser encontrada na justa proporcionalidade de real implantação do Partido no País, a exemplo da eleição universal dos deputados da Nação.

Propomos assim que seja aprovada pelo Congresso Nacional a constituição de uma «Comissão Nacional de Representantes», com os seus membros eleitos por sufrágio universal e por concelhia, na justa efectividade da sua implantação, observando o princípio geral do direito à representação de estruturas, tradicionalmente ditas de representação por inerência, como, por exemplo, presidente do Partido, secretário-geral, etc.

Evitar-se-ia, assim, o total alinhamento interno existente e que, a curto prazo, condenará o PS a uma «casta» de guardiões que se auto-regeneram e se refinam ao protegerem-se, com processos de nomeação definitivamente ultrapassados, o que devemos rejeitar.

CONGRESSO

António Brotas\*

CARTA ABERTA  
AO DIRECTOR DO «EXPRESSO»

**L**isboa, 20 de Março de 2001  
Ex. Senhor Director do «Expresso»

No seu último número ( de 17 de Março) o «Expresso» deu um particular destaque ao convite dirigido por Manuel Carrilho a António Guterres para alterar a sua moção destinada ao Congresso do PS. Acontece que o prazo para entrega das moções globais ( a que se têm de referir todas as listas de candidatas a delegados apresentadas nas secções) terminou a 16 de Março e António Guterres não pode, mesmo que o deseje, modificar a sua moção que foi a 3ª entregue. Mas Manuel Carrilho, militante do PS e delegado ao Congresso por inerência, pode entregar, até 24 de Abril, uma moção sectorial em que pode apresentar as suas ideias e propostas, fazendo-a discutir no Congresso, desde que subscrita por 20 delegados.

No número de 3 de Março, o «Expresso» publicou um outro artigo sobre o Congresso do PS com o título: «Grupo de «excluídos» lança moção em livro». Curiosamente, estes «excluídos» são o presidente do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República e alguns

ministros e ex-ministros e secretários de Estado que, simplesmente, não foram ouvidos pelo secretário-geral do PS quando da elaboração da sua moção. Podemos interrogar-nos sobre o «grau de exclusão» dos muitos (milhões) de portugueses que, cada vez mais, olham a política como um processo que lhes passa por cima das cabeças, animado, exactamente, por estes «super-excluídos».

Ou sobre o «grau de exclusão» dos 50 mil militantes do PS olhados como um pano de fundo, e cujo pensar e sentir não parece interessar nenhum «políticoólogo». Quanto à «moção» em livro e ao «debate inovador» que vai trazer, veremos. De momento, há que reconhecer que é mais notícia na Comunicação Social do que duas das moções globais propriamente ditas apresentadas ao Congresso, cuja existência uma boa parte dos grandes órgãos da Comunicação Social nem sequer referiu.

Com os melhores cumprimentos

António Brotas

\*1º subscritor da moção de orientação nacional «Socialismo em Democracia» apresentada ao XII Congresso do PS.





## A NECESSIDADE DA REFORMA DA PAC

**A** Política Agrícola Comum (PAC) foi essencial para consolidar o projecto comunitário, desempenhou um papel altamente positivo no pós-guerra e fez face, com êxito, a uma situação de grande carência alimentar. Foi concebida para manter preços elevados aos agricultores, como estimuladores da produção.

Estes preços foram apoiados por subsídios e pela imposição de um elevado controle das importações, vigorando o princípio da preferência comunitária.

Com efeito, desde meados dos anos 50 até hoje, houve um fortíssimo aumento da produção, o qual foi acompanhado por uma enorme evolução do conhecimento científico e tecnológico.

Acontece que esse fortíssimo aumento de produção foi muito superior ao crescimento do consumo, invertendo completamente a situação de carência alimentar que levou à criação da PAC.

Hoje, o principal problema do sector é o excesso de produção.

A política agrícola, com quase meio século, sempre baseada em fortes subsídios, criou uma mentalidade característica e facilitista a muitos agricultores, bem como às suas associações.

A verdade é que, em vez de analisarem e discutirem as políticas ligadas ao sector, muitos agricultores e as suas associações criaram o mau hábito de somente exigirem mais e mais subsídios.

A PAC, voltada para a quantidade produzida e subsidiando forte e prioritariamente as produções que ocupam menos mão-de-obra, deu um grande contributo para a elevada concentração das explorações agrícolas e acelerou de forma impiedosa a desertificação rural.

Os subsídios são concedidos, como se sabe, em função da dimensão da exploração agrícola e da quantidade produzida; quer isto dizer que são obtidos na sua quase totalidade pelos agricultores maiores e mais produtivistas, criando profundas injustiças, contribuindo para um risco crescente da qualidade e segurança alimentar e fomentando muitas vezes um aumento desnecessário das agressões ambientais bem como da utilização dos recursos naturais não renováveis.

Para se ter a noção com algum rigor da dimensão catastrófica da desertificação rural entretanto ocorrida e do aumento em flecha da produção registado no sector, basta referir que, nos anos 50 a agricultura europeia ocupava 45 por cento da população, ao passo que hoje são menos de 5 por cento os que nela trabalham e produzem oito vezes mais.

Isto é, a população agrícola diminuiu nove vezes e a produção aumentou oito.

Mas se o objectivo da PAC continuar a ser fomentar o produtivismo desenfreado num sector que utiliza a natureza como fonte de produção, com o alargamento da União às novas potências agrícolas e a garantia da evolução ainda mais rápida do



conhecimento científico e tecnológico, a situação a médio prazo, tornar-se-á, explosiva.

A manutenção desse objectivo exigirá que as instituições se responsabilizem politicamente pelos excedentes crescentes na produção, pela continuação da deterioração da cadeia alimentar, pelo aumento desnecessário e irresponsável das agressões ambientais e, seguramente, por uma população não superior aos 2 por cento ligada ao sector.

Desde que a PAC foi concebida até aos nossos dias, apesar das incríveis mudanças ocorridas, a sua filosofia política de base manteve-se, tornando-a uma peça de museu, que sobrevive graças à rotina e acima de tudo aos enormes interesses ilegítimos que criou.

Hoje dão-se subsídios para fomentar a produção mas, em simultâneo, subsidiam-se a retirada de terras, como acontece, por exemplo, nos cereais. Impõem-se fortes regimes de quotas com o objectivo de travar o excesso da produção, como acontece, por exemplo, no leite.

Subsidiam-se em larga escala as armazenagens para aliviar o excesso de oferta, como acontece com a carne.

Pratica-se um vergonhoso dumping comercial nas exportações, com produções «dopadas» com 70 por cento de subsídios em relação ao valor real do produto, como acontece com os cereais, aqui, com a agravante de arrasar completamente as agriculturas dos países mais pobres.

Utilizamos os nossos excedentes de produção, sem mercado, para praticar a

pedosa caridade da ajuda alimentar aos países mais pobres, depois de termos arruinado as suas agriculturas com o vergonhoso dumping à exportação.

Para justificar toda esta produção «dopada» em subsídios, falamos hipocritamente nos mais de 800 milhões de cidadãos que existem no mundo com fome, mas todos sabemos que essas pessoas são vítimas, não da escassez ou da incapacidade de produzir alimentos para lhes matar a fome, mas sim da injusta repartição da riqueza que os impede de terem acesso a recursos para comprarem alimentos.

Vale a pena destacar mais algumas situações escandalosas

### 1. Cereais

São a produção mais desertificadora do mundo rural por ser a que menos mão-de-obra ocupa.

Os cereais representam as maiores explorações agrícolas da Europa e são uma produção largamente excedentária. Este sector representa somente 10 por cento do produto agrícola comunitário, no entanto recebe 47 por cento de todos os subsídios destinados ao sector.

### 2. Hortofrutícolas

É uma produção que ocupa 17 vezes mais mão-de-obra por hectare do que os cereais.

A média da dimensão das explorações agrícolas hortofrutícolas é seis vezes menor do que as dos cereais.

Este sector representa 16 por cento da

produção comunitária, isto é, mais (por cento do que os cereais).

A União é deficitária neste sector, ao contrário dos cereais em que é excedentária.

Apesar destas enormes diferenças, os hortofrutícolas recebem 4 por cento dos subsídios, isto é, 12 vezes menos do que os cereais.

Poderá pois perguntar-se: Será que alguém duvida que uma das consequências políticas para PAC é o desemprego e a desertificação do mundo rural?

### 3. Cadeia alimentar

A manutenção dos subsídios à produção e à exportação são aceleradores incontestáveis do produtivismo no sector agrícola, pondo cada vez mais em risco a saúde pública, o bem-estar animal e o meio ambiente.

O caso das vacas loucas representa apenas a ponta do iceberg.

Para acelerar a produção assiste-se à utilização, clandestina, crescente, de hormonas altamente cancerígenas.

Por outro lado, assiste-se ainda à intensificação da utilização de antibióticos como única forma de garantir a sobrevivência da elevada concentração de animais na pecuária intensiva, com forte incidência na saúde pública.

São introduzidos os organismos geneticamente modificados, muitos deles, sem o prévio conhecimento do seu efeito nas pessoas.

O aproveitamento, já detectado, de lamas de esgotos e resíduos industriais para a

alimentação animal provoca a disseminação de dioxinas que afectam a saúde pública.

A utilização descontrolada de pesticidas tem um forte impacto negativo na saúde. Poderá pois perguntar-se: Será que alguém duvida que outra das consequências da PAC que subsidia a quantidade produzida é pôr em risco a saúde pública?

#### 4. Dualização da cadeia alimentar

O descrédito crescente da cadeia alimentar está a abrir o caminho a dois modelos de produção agrícola.

Um, para os ricos e informados, que estão a passar crescentemente para o consumo do modelo de produção biológica, e outro para os mais carenciados e desinformados, que consomem o modelo de produção fomentado pela PAC.

Há ainda uns outros consumidores, desorientados, que alteram por medo os hábitos alimentares na ânsia de preservarem a sua saúde.

É inaceitável, no plano ético e político, fomentar duas cadeias alimentares, uma para ricos e informados e outra para pobres e desinformados, quando o principal objectivo da PAC deveria ser o de subsidiar a qualidade e segurança alimentar.

#### 5. Meio ambiente e utilização dos recursos naturais

Muitas das agressões ao meio ambiente e abusos na utilização dos recursos naturais devem-se à política produtivista imposta pela PAC, a qual exige que se produza o máximo possível, ainda que, muitas das vezes, seja somente para captar subsídios. A incentivação da utilização e da destruição de recursos naturais é um crime, pois coloca em risco a sobrevivência das gerações futuras.

Ao contrário do que faz a PAC, a agricultura deveria reger-se por uma política de utilização dos recursos naturais, baseada em fortes critérios éticos que combatassem o egoísmo produtivista reinante.

A PAC sempre procurou confundir a actividade agrícola com a actividade industrial, cujo lema é produzir o máximo com o mínimo de custo.

Há, no entanto, uma diferença fundamental entre as duas actividades - a agricultura produz à custa da utilização da natureza, que é um património colectivo, do qual depende a sobrevivência de todos os cidadãos do mundo.

#### 6. Injustiças da PAC

Os contribuintes dos Quinze pagam cerca de 300 euros por ano no pressuposto de que essa contribuição fosse para subsidiar 5 por cento da população ligada à agricultura, mas na realidade o que acontece é que só uma percentagem ínfima de grandes agricultores, os ligados às produções subsidiadas, é que ficam com a quase totalidade das contribuições. Há um estudo oficial do começo dos anos 90 que referia que 20 por cento dos agricultores arrecadavam 80 por cento dos subsídios. Hoje, infelizmente, a situação ainda é muito mais injusta, dada a grande concentração de subsídios, a qual, desde

1993, isto é após a incrível reforma da PAC, se faz na produção de cereais, que passaram de 31 por cento do volume de subsídios absorvidos do Feoga-Garantia para 47 por cento.

Era importante exigir à Comissão a actualização do estudo do começo dos anos 90, que a fará chegar à conclusão de que cerca de 10 por cento de agricultores privilegiados recebem aproximadamente 80 por cento dos subsídios do Feoga-Garantia.

Esta profunda injustiça indigna-me e eis a razão por que, desde que sou Deputado Europeu, há seis anos, me recuso a votar o orçamento e todos os anos sou obrigado a ir ao Grupo Socialista e à Comissão da Agricultura protestar contra ela.

As modulações de 20 por cento nos subsídios, permitidas mas não obrigatórias na Agenda 2000 e sem a imposição de qualquer tecto máximo, tornam-se irrelevantes na redistribuição e na prática não amenizam a injustiça.

Mas o chocante, o que indigna é o comportamento do Conselho Agrícola e a visão tacanha e lobysta que tem do sector. Apesar de irrelevantes, as modulações eram um sinal, mas só a França e Portugal as vão pôr em prática.

Há nesta matéria de encobrimento das injustiças e de irresponsabilidade política uma enorme opacidade institucional.

Há muito que peço à Comissão, sem o conseguir, a informação do valor dos subsídios dos 100 maiores beneficiários de cada Estado-membro. Tal informação, que há muito pretendo e a que como deputado tenho direito, é-me sonegada, porque ela seria fatal para o desmascaramento das profundas injustiças da PAC.

Contudo, posso afirmar, sem poder ser desmentido, que a União oferece quase metade do seu orçamento a menos de um por cento dos cidadãos mais ricos.

Não conheço mais nenhuma *instituição democrática no mundo* que trate tão bem os ricos e os poderosos como a União.

#### 7. Evolução das despesas do Feoga-Garantia

O suporte financeiro de toda a distribuição de subsídios para a agricultura é o Feoga-Garantia, o qual absorve cerca de 48 por cento de todo o orçamento comunitário.

Ora, os aumentos de dotação que desde 1993, após a incrível e vergonhosa reforma de 1992, têm ocorrido destinam-se exclusivamente a subsidiar os cereais.

Em 1993, o Feoga-Garantia era dotado com 34.591 milhões de euros, recebendo os cereais 10.609 milhões de euros de subsídios.

No ano 2000, a dotação financeira atingia 41.493 milhões de euros e para os cereais foram canalizados 16.641 milhões de euros de subsídios.

Isto é, o aumento nos sete anos do Feoga-Garantia foi de 6.902 milhões de euros e o aumento de subsídios para os cereais foi de 6.032 milhões de euros.

É outro escândalo inaceitável, a União demitiu-se da sua função institucional de dirigir uma política comum da sua responsabilidade para se transformar num mecenas intolerável dos cereais, que, ainda por cima, são uma produção

excedentária, desertificadora, representam somente 10 por cento da produção agrícola comunitária e cujas explorações pertencem aos maiores senhores da terra.

#### Exigir uma nova PAC com novos objectivos

O alargamento da União, a rebelião dos consumidores e ambientalistas e as negociações no quadro da Organização Mundial do Comércio são ingredientes mais do que suficientes para obrigar a uma reflexão e criar a esperança de uma nova PAC.

A actividade agrícola não diz hoje respeito somente aos agricultores, ela tem também muito a ver com a defesa da saúde pública, com a preservação dos recursos naturais e com o ordenamento do espaço rural.

A evolução sustentada do sector exige um *pacto de confiança* entre agricultores, consumidores e ambientalistas.

Esse pacto passa por profundas mudanças nas Instituições Comunitárias, de modo a retirar poderes aos lobbies de interesses instalados no Conselho, na Comissão e no Parlamento, possibilitando assim a discussão orientada para novas políticas e não para a defesa de interesses instalados, muitos deles ilegítimos.

Os subsídios devem ser utilizados como incentivos políticos aos objectivos prioritários e ao fomento da tal agricultura multifuncional de que tanto falam, mas que a PAC combate.

Em minha opinião, esses objectivos que defendo desde que cheguei ao Parlamento Europeu são: fomentar a qualidade e segurança alimentar, preservar os recursos naturais, travar a desertificação rural, diversificar a cadeia alimentar e promover o auto-abastecimento alimentar da Comunidade.

A qualidade, a segurança alimentar e a preservação dos recursos naturais estão muito ligadas às práticas agrícolas utilizadas na produção.

Há práticas agrícolas altamente recomendáveis e outras severamente condenáveis.

Por exemplo, a intensificação ou a extensificação da produção são práticas opostas, tanto na pecuária como na produção vegetal.

Outro exemplo é a utilização maciça de fertilizantes, pesticidas, herbicidas, antibióticos, etc., os quais provocam aumentos de produção que não compensam os prejuízos colectivos de que todos somos vítimas.

A nova PAC deveria somente subsidiar a aplicação na produção de *um código de boas práticas agrícolas* nascido da negociação do tal pacto de confiança entre consumidores, agricultores e ambientalistas.

Deveria ainda defender intransigentemente a empresa agrícola familiar com um prémio de manutenção.

A empresa agrícola familiar está nas tradições históricas de toda a Europa e é a raiz gastronómica e cultural de muitos povos da União.

A nova PAC deveria conferir-lhe um estatuto de benefícios muito especial.

É fundamental também integrar e incentivar

a diversificação da cadeia alimentar, declarando guerra à sua massificação.

A diversificação tem a ver com a cultura, com a biodiversidade, com os hábitos gastronómicos ancestrais e com a defesa de riquezas alimentares de valor incalculável, específicas de muitas regiões da União.

A nova PAC deve voltar-se para o auto-abastecimento, procurando manter sempre a independência alimentar da União, acabando com todos os subsídios à exportação.

#### Organização Mundial do Comércio

A implementação de uma nova PAC baseada na defesa da qualidade e segurança alimentar, na preservação de recursos naturais, no combate à desertificação rural, na diversificação e independência alimentar da União exige novas posturas na discussão no seio da O.M.C.

As exportações alimentares da União são insignificantes em relação ao valor global da produção, pelo que a preocupação não é abrir mercados, mas sim, preservar o modelo europeu.

Mais liberalização no sector agrícola corresponde sempre a mais produtividade. Mais produtividade é sinónimo de pior qualidade e segurança alimentar, mais agressões ambientais, mais desertificação rural e mais massificação da cadeia alimentar, isto é, o contrário do que se pretende para a evolução sustentada e multifuncional para o sector.

O modelo defendido para a nova PAC não visa a produção nem a competição externa. A base da negociação deve ser o que exigimos aos nossos agricultores, é o que devemos exigir aos nossos parceiros comerciais.

#### Feoga-Orientação

A mudança para uma nova PAC obriga a que o fundo de suporte ao investimento no sector seja reorientado para os novos objectivos.

O melhoramento da qualidade e segurança alimentar, o fomento das produções regionais e a sua industrialização familiar, a defesa da pequena indústria que contribua para a diversificação, etc., etc. devem ser assumidos como grandes objectivos.

#### Nota final

Após decisão da formação de um grupo de trabalho alargado no seio do Grupo Socialista do Parlamento Europeu para reflectir sobre a reforma da PAC, que eu efusivamente saudei, porque há muito o reclamava, e sendo eu conhecido pela militância activa contra esta política que me indigna, senti-me na obrigação de contribuir por escrito com algumas das minhas reflexões.

Para os meus Colegas Deputados Europeus, da Comissão de Agricultura é a repetição de um discurso ouvido durante seis anos, para os outros, é uma carta aberta com uma modesta contribuição que, espero, os ajude a reflectir e a indignarem-se.



## QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

### Peças em Albufeira

Este sábado, as comemorações do Dia Mundial do Teatro arrancam com a peça «O amador», de Maurício Dayub, uma representação da Efémere – Companhia de Teatro de Aveiro.

A partir do dia 27 e até ao fim do mês, O Grupo Cénico Quatro Ventos apresenta «O Consultório», de Augusto Sobral. Todos os espectáculos estão marcados para as 21 e 30, no Auditório Municipal.

### Actuação em Amarante

No Cine-Teatro, este sábado, às 21 e 30, o público amarantino poderá assistir à actuação de António Pinho Vargas (piano) e de Zé Nogueira (saxofone).

### Conferência em Coimbra

Este sábado, dia 24, a Praça Velha acolhe, como habitualmente, entre as 9 e as 19 horas, a Feira das Velharias.

Jorge Lima Barreto, músico, musicólogo e conferencista, falará, na terça-feira, dia 27, às 17 e 30, na casa Municipal da Cultura, sobre «A música na situação pós-moderna».

### Concerto em Espinho

A cantora brasileira Daniela Mercury, campeã de vendas de discos em Portugal e considerada «o vulcão da Bahia», regressa ao nosso país, este sábado, dia 24, para um concerto no Casino de Espinho.

O espectáculo incidirá certamente no mais recente álbum da «Rainha do Axé», intitulado «Sol da Liberdade», do qual saíram os êxitos «Dara», «Sou Você» e «Só no Balanço do Mar».

### Livro em Fafe

A obra poética de Benedita Sting – «Mulheres de Chuva» – será apresentada, amanhã, às 21 e 30, no Auditório Municipal, por Maria Isabel Pinto Bastos.

Realiza-se, sábado, dia 24, o Grande Prémio de Ciclismo da Cidade, segunda prova da Taça Nacional de juniores.

### Recital em Faro

A arte dos palcos marca presença, mais uma vez, ao longo de Março. Assim, assista, este sábado, a partir das 21 e 30, no Auditório do Conservatório Regional do Algarve, à representação da peça «Além as Estrelas São a Nossa Casa», de Abel Neves, pela Escola da Noite.

A música não faltará ao encontro das artes. No dia 28, pelas 21 e 30, poderá apreciar, no Auditório do Museu Municipal, um excelente recital de violoncelo e piano, com Paulo Gaio Lima e Miguel Borges Coelho,

que recriarão obras de Kodaly, Debussy e Chostakovich.

### Montanhismo na Guarda

«Vinte Anos de Montanhismo» é o título da exposição patente no Espaço da Cultura (antigo Paço Episcopal) da Guarda e que, até 31 de Abril, assinala o 20º aniversário do Clube de Montanhismo local.

A mostra, apoiada pela Câmara Municipal local, é composta por fotografias e documentos alusivos à actividade do Clube.

### Filmes em Guimarães

No domingo, dia 25, pelas 21 e 45, assista, no Auditório da Universidade do Minho, à exibição da película assinada por Neil LaBute, «Betty».

Dois dias depois será altura de ver no mesmo local, às 21 e 30, «O Protegido», de M. Night Shyamalan, com Bruce Willis e Samuel L. Jackson nos papéis principais.

### Música em Lisboa

«Miss Detective», de Donald Petrie, «As Penas do Desejo», de Philip Kaufman; «The Gift», de Sam Raimi e «Ed Gein», de Chuck Parello, são as películas que debutarão, amanhã, sexta-feira, nas salas de cinema alfacinhas.

No sábado, às 18 e 30, no Pequeno Auditório do CCB, não perca o recital de piano de Jorge Moyano e comentado pelo próprio. No programa deste evento cultural contam-se composições de Schumann, Liszt e Gershwin.

### Artes plásticas na Lousã

Na sala de exposições temporárias do Museu Municipal, às 16 horas, a pintora e escultora Ana Cabral falará sobre a sua mostra «Metamorfooses».

### Teatro no Montijo

Realiza-se nos dias 26 e 27, às 15 horas, e no dia 28, pelas 14 e 30, a peça «Gil's Lovers», do Grupo de Teatro Utopia

Possível, na Escola Básica 2,3 de pegões, na Escola Secundária Jorge Peixinho e da Escola Secundária Poeta Joaquim de Serra, respectivamente.

### Flamengo em Paredes de Coura

Jovens dançarinos interessados em recuperar as «Raízes flamengas» invadem, amanhã, às 21 e 30, o palco do Centro Cultural.

### Dança no Porto

O projecto «Escolas em Cena – I Encontro Internacional de Escolas de Dança» do Teatro Rivoli começa, no dia 24, com a actuação do «Duncan Centre Konservator» (Praga). No dia seguinte, será a vez da Escola Superior de Dança (Lisboa) e na terça-feira o espectáculo é com a «École Supérieure du CNDC – L'Esquisse» (Angers).

O encontro termina no dia 28, com as actuações da «Rotterdamse Dansacademie» (Roterdão) e «It Dansa Jove Companya de L'Institut del Teatre» (Barcelona).

### Conferência em Portimão

«Ser e Ter» é o tema que será abordado por António José de Castro Bagão Félix, numa conferência que decorre amanhã, a partir das 21 e 30, na Biblioteca Municipal. No sábado, à mesma hora, mas no salão nobre da Câmara, assista ao concerto de cordas com guitarra portuguesa do quarteto Sons do Tempo.

### Cinema em Sintra

Às 15 horas de sábado será exibido, na Casa da Juventude, o filme «O Meu Pé Esquerdo», de Jim Sheridan.

### Revista em Vila Real de Santo António

Amanhã, às 22 horas, o Centro Cultural António Aleixo acolhe um teatro de revista com Rosa do Canto e Fernando Mendes.

## SUGESTÃO

# PORTO 2001 X SEMANA

A passagem da V Travessia em Balões de Ar Quente e a interpretação de músicas de Mozart e Schubert pelo Quarteto de Cordas Montagnana são alguns dos destaques da décima semana pós-inauguração do Porto 2001.

O terceiro módulo do festival de cinema «Odisseia nas Imagens», prossegue, hoje, com a conclusão do ciclo «O Olhar de Ulisses 3» e os três dias das «Imagens da Ciência» (de 23 a 25).

A Capital Europeia da Cultura vai, na semana 10, para fora do Porto por duas vezes, uma com a Orquestra Nacional do Porto a actuar no Europarque, em Santa Maria da Feira (amanhã), e outra com o concerto da Orquestra de Jazz de Matosinhos no Parque de Exposições de Braga (sábado, 24), no âmbito do festival Braga Jazz.

Hoje, o Quarto Montagnana toca, no Palácio da Bolsa, «Divertimento em Mi Bemol Maior, K. 563», de Mozart, e «Quinteto para piano e cordas D 667 (A Truta)», de Schubert.

No dia 24, chegam ao Porto 25 balões de ar quente de três continentes, que vão animar o fim-de-semana na Ribeira e no Palácio de Cristal, com voos cativos e voos livres.

O Encontro Internacional de Escolas de Dança começa dia 24 no Teatro Rivoli.

## POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

### Timor em casa

Para Francisco Alegre Duarte, meu filho

Nos dias da Unamet tu chamavas ouvíam-se tiros ao telefone e eu sabia que de nada valiam as palavras.

Não eras só tu que estavas desarmado éramos nós no peso de cada dia cercados de milícias por todo o lado dentro da Unamet e dentro da casa sem ti o cerco estava em Dili e estava aqui

e a resistência era a mãe que não chorava o teu irmão sem armas mas soldado a tua irmã que perguntava perguntava. Confesso que por vezes me arrepiava o poema de Pessoa e a fria aragem do Menino da sua Mãe mas eu sabia de manhã ao telefone repetias a mensagem «Não podemos abandonar outra vez Timor».

Serenamente sem retórica não havia Na tua voz qualquer alarde ou sombra de temor Apenas a discreta difícil coragem De quem estava a fazer o que devia.

Manuel Alegre  
In «Livro do Português Errante», Publicações D. Quixote, Lisboa 2000

Tchaikovski

# A Bela Adormecida

Companhia de Dança Sueca CULLBERBALLET  
Coreografia MATS EK

22, 23 e 24 de Março, 21h30

Grande Auditório Centro Cultural de Belém

ÚLTIMA COLUNA

Joel Hasse Ferreira



# ELEIÇÕES MUNICIPAIS EM FRANÇA E ECONOMIA PORTUGUESA

**1.** - A participação, pela primeira vez das comunidades portuguesas nas eleições municipais francesas, não teve impacto quantitativo significativo, mas teve pelo menos o condão de obrigar a comunicação social portuguesa a debruçar-se com invulgar atenção sobre o acontecimento. Este facto poderá contribuir também para que, numa próxima oportunidade, os eleitores portugueses em França usem, em maior número, desse novo direito, quase concomitante, aliás, com o novo direito de votar nas eleições presidenciais portuguesas; Direito esse também pouco exercido, pelos emigrantes e pelas comunidades portuguesas no exterior. Não posso deixar de sublinhar a satisfação com que eu próprio, que participei em Dezembro último na campanha eleitoral, em Lyon, ao lado do novo «maire» Gérard Collomb, assisti à vitória eleitoral dos socialistas. Como os camaradas que

estiveram em Paris terão tido idêntica satisfação.

2.- Continua a discutir-se de maneira insistente, a economia portuguesa. Não podemos negar que existem obviamente preocupações com alguns aspectos da concretização da reforma sobre o património, que o défice público deve continuar controlado e que a inflação tem que ser sujeita a uma extrema vigilância (mesmo tendo em conta a nossa participação no euro). Portanto, nada nos justificará a euforia.

3.- Mas podemos, em qualquer caso, chamar a atenção para todo o trabalho realizado pelo Governo socialista nas áreas económico-sociais, financeiras, fiscais, de investimento e orçamentais. O contributo fortíssimo que o PIDDAC (e o QCA III) estão a dar ao desenvolvimento do país, as importantes medidas na esfera da

protecção social (de que o rendimento mínimo é emblemático) não podem ser negados.

Os aspectos muito positivos da legislação aprovada quanto aos Impostos sobre o Rendimento, a nova Lei de Bases da Segurança Social são pontos muito relevantes a ter em conta.

4.- E se alguns falam em encruzilhada, outros de necessidade de renovação ou claramente de um novo impulso, é importante entendermo-nos globalmente em Congresso. «Para quem não sabe para onde vai, não há ventos favoráveis». O Congresso clarificará e aprofundará certamente, também nas áreas económicas e sociais, como nas político-institucionais e nos outros domínios sectoriais para onde vamos e o que queremos. No respeito pelos valores que são os nossos e pelo Programa Eleitoral que o povo português aprovou.

«Esquecem-se os defensores da ideologia liberal, eventuais admiradores do modelo americano, de que se queremos mais polícias, mais médicos, mais enfermeiros, mais professores, e também mais meios de diagnóstico, mais garantias ao consumidor e mais emprego, é inevitável o aumento da despesa»

**Edite Estrela**  
Expresso, 17 de Março

«Embora estes custos entrem nas contas de funcionamento da administração pública, representam investimento no futuro e redução dos problemas sociais»

**Idem, ibidem**

«De cada vez que se faz, no litoral e junto dos grandes centros urbanos, uma nova estrada ou uma nova ponte, explode de imediato a especulação imobiliária, incentivada pelas autarquias, e tornando rapidamente insuficientes os novos acessos»

**Miguel Sousa Tavares**  
Público, 16 de Março

«Nenhum governo pode resolver, com remendos nesta ponte ou arranjos naquela estrada, um problema de fundo que tem a ver com o suicidário desordenamento territorial em que o País vive há mais de 20 anos»

**Idem, ibidem**

«A banalidade do mal só nos leva a desprezar o próprio mal; a banalidade do amor toca-nos no mais profundo da nossa vulnerabilidade»

**Eduardo Prado Coelho**  
Ibidem



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.  
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Ação Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Ação Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.  
 Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista

Director  
**Fernando de Sousa**  
Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**

Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**

Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**

Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**

**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz

